

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios



DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 18
R\$ 7,00

Agentes do verde

**Cidades procuram alternativas para
brecar a degradação ambiental**

Gestão

Bolsa Eletrônica de
Compras e pregão geram
economia para prefeituras

Educação

Cresce o uso de sistema
de ensino particular
na rede pública

49º Congresso

Lideranças municipais
cobram revisão do
Pacto Federativo



Entrevista: Secretário da Cultura fala de projetos para o interior

5 Prêmios Jabuti

Reconhecimento da excelência editorial das parcerias
da Imprensa Oficial com as editoras universitárias e o terceiro setor



1º LUGAR - CIÊNCIAS HUMANAS
SÃO PAULO ENSAIOS E ENTREVEROS
Aziz Ab'Sáber

1º LUGAR - PROJETO / PRODUÇÃO EDITORIAL
TERRA PAULISTA VOL. 1, 2, 3
Maria Alice Setúbal (org.)

2º LUGAR - EDUCAÇÃO, PSICOLOGIA E PSICANÁLISE
A VIOLÊNCIA SILENCIOSA DO INCESTO
Gabriella Ferrarese Barbosa | Graça Pizá

**3º LUGAR - ARQUITETURA E URBANISMO,
FOTOGRAFIA, COMUNICAÇÃO E ARTES**
ARQUITETURA DO CAFÉ
André Argollo

3º LUGAR - PROJETO / PRODUÇÃO EDITORIAL
ANTONIO LIZÁRRAGA: QUADRADOS EM QUADRADOS
Maria José Spiteri

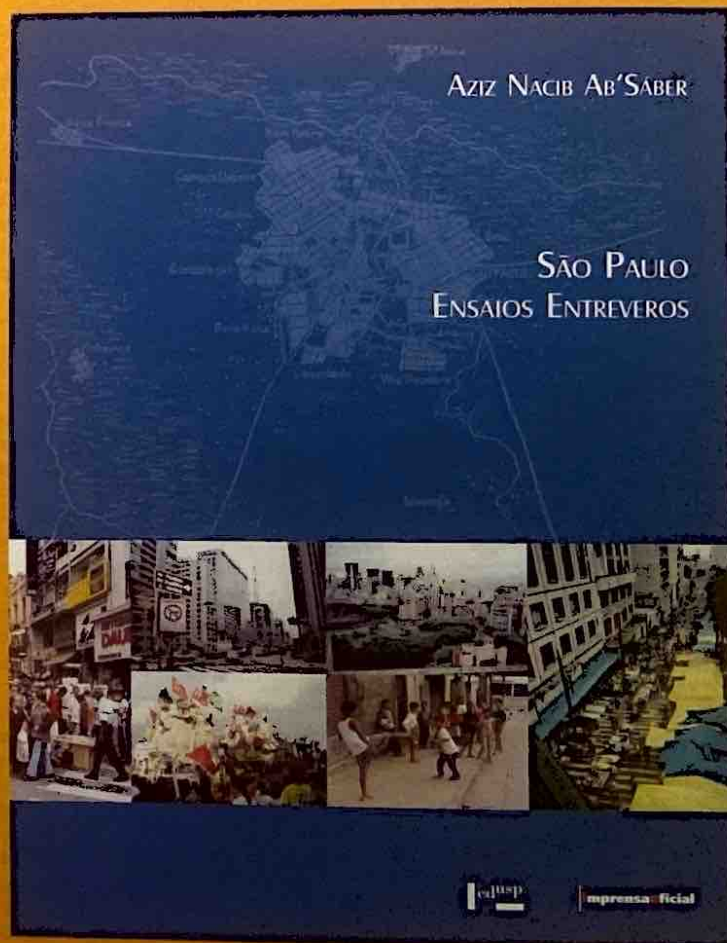


SÃO PAULO

ENSAIOS ENTREVEROS

1º LUGAR - CIÊNCIAS HUMANAS PRÊMIO JABUTI 2005

O livro faz leitura da terra paulista, explorando seu chão, clima, águas, a originalidade do sítio de São Paulo, evidenciando a história de sua urbanização. Ab'Sáber se aprofunda na periferia da cidade, estuda a ultrapassagem demográfica do urbano sobre o rural, analisa os tombamentos, os processos de estruturação da cidade, a fundação da USP, sua evolução e sobrevivência. Seleciona dois intelectuais marcantes - Florestan Fernandes e Pierre Monbeig -, dado o pioneirismo de um e a herança do outro. Cientista e trabalhador da memória, escreve como poeta: "A gente pode ter saudades até daquilo que não viu. Razão pela qual é de todo conveniente selecionar as memórias". Ao leitor a geografia da cidade e também a sua história, fazendo-o refletir sobre os destinos de São Paulo.





**Associação Paulista
de Municípios**

Av. São Luís, 99 - 13º andar

Centro - São Paulo - SP

CEP 01046-905

Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999

apaulista@apaulista.org.br

www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

Presidente

Celso Antonio Giglio

1º Vice-Presidente

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente

Wilson Geparini

3º Vice-Presidente

Rubens Furian

4º Vice-Presidente

João Carlos Caramaz

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral

Antônio César Simão

1º Secretário

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário

Sebastião Misiara

3º Secretário

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

Tesoureiro Geral

Flávio Callegari

1º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro

Antonio Francelino

3º Tesoureiro

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Aquevirque Antônio Nholle

Secretário

Carlos Alberto Cruz

CONSELHO TÉCNICO-MULTIDISCIPLINAR

Presidente

Antonio Sérgio Baptista

Secretária Executiva

Daiva Christofoletti Paes da Silva



Ano de muito trabalho

Este ano, efetivamente, tem sido de muito trabalho para todos nós da Associação Paulista de Municípios.

Iniciamos com a posse dos nossos prefeitos e, em consequência, fomos muito solicitados para prestar inúmeros esclarecimentos e informações aos companheiros.

O Congresso de Municípios, o 49º de nossa história, este ano realizado em Praia Grande, foi conosco de pleno êxito, e procuramos, nesta edição, reportar seus momentos mais significativos. Além de agradecer mais uma vez o esforço do prefeito Mourão e sua equipe, que não pouparam esforços para que tudo corresse bem, de nossa parte divido o louros do êxito de nosso evento com toda a diretoria da APM e nossos funcionários, cuja abnegação, empenho e dedicação, mais que meus agradecimentos, merecem meus respeitos.

Reportamos também nesta edição, a participação na Comissão

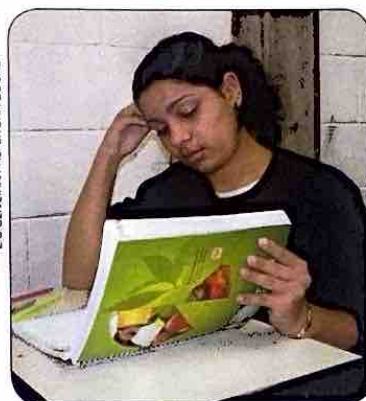
Tripartite cujo objetivo é organizar os Cursos de Capacitação de Agentes Ambientais Municipais, bem como informamos nossa atuação na preparação da 2ª Conferência das Cidades.

A entrevista com o nosso secretário de Estado da Cultura, João Baptista de Andrade, serve para melhor apresentá-lo aos nossos leitores, como também dá dimensão de sua visão pessoal sobre sua pasta e o que podemos esperar de sua gestão.

Encerro desejando a você, caro amigo, uma boa leitura, dizendo que, pensando no futuro, nossa diretoria já começou a organizar o Congresso do ano que vem, que será o de número 50º, o nosso jubileu de ouro, mas isso é assunto para os próximos números.

Saudações municipalistas

Celso Giglio
Presidente da APM



- 08 Entrevista**
João Batista de Andrade,
secretário de Estado da Cultura
- 12 São Paulo em notas**
- 13 De olho em Brasília**
- 14 Alerta**
Gestores se movimentam para amenizar
a destruição do meio ambiente
- 20 Homenagem**
João Monteiro, fundador da Rede Vida
recebe troféu da APM
- 22 Educação**
Prefeituras paulistas adotam sistema
de ensino particular na rede pública
- 30 Gestão**
A transparência conquistada com o pregão
e a Bolsa Eletrônica de Compras
- 34 49º Congresso Estadual de Municípios**
APM reúne representantes regionais
em encontro em Praia Grande
- 38 Resgate 50 anos**
Congressistas veteranos contarão a
história dos encontros municipalistas
- 40 IBGE**
PIB municipal destaca atuação
da indústria paulista
- 44 Cidades em notas**
- 45 TCE**
Da inexecução dos contratos
administrativos – parte III
- 50 Casos e causas**

FALE CONOSCO

REDAÇÃO

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mail: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

marcio@editorasegmento.com.br (publisher)

Cartas: Rua Ministro Sinélio Rocha, 150 – CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING

Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais

Tel.: (11) 3879-8220

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Municípios de São Paulo e fale
diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8206

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

ASSINATURAS, RENOVACÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 3039-5601 – Fax: (11) 3039-5643

assinatura@editorasegmento.com.br

www.editorasegmento.com.br



CONSELHO EDITORIAL

Celso Giglio
Antônio César Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevique Antônio Nholla
José Mauro Dederna Oriandini



PRESIDENTE: Edimilson Cardial
VICÉ-PRESIDENTE: Roberto Muller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Rachel Bonino
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
DIRETOR DE ARTE: Alexandre P. Borlino
REVISÃO: Maria Stella Vaili
PRODUÇÃO GRÁFICA: Jabes T. Pedrosa e Ivan Santana
CAPA: Tips Images
CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

EXEC. DE CONTAS: Thomaz Henrique de Lucca
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
MARKETING: Bruno Orsini
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTE COMERCIAL (Brasília):
Singulare Publicidade
Magda Dias (61) 344-5181
brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinélio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8212
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

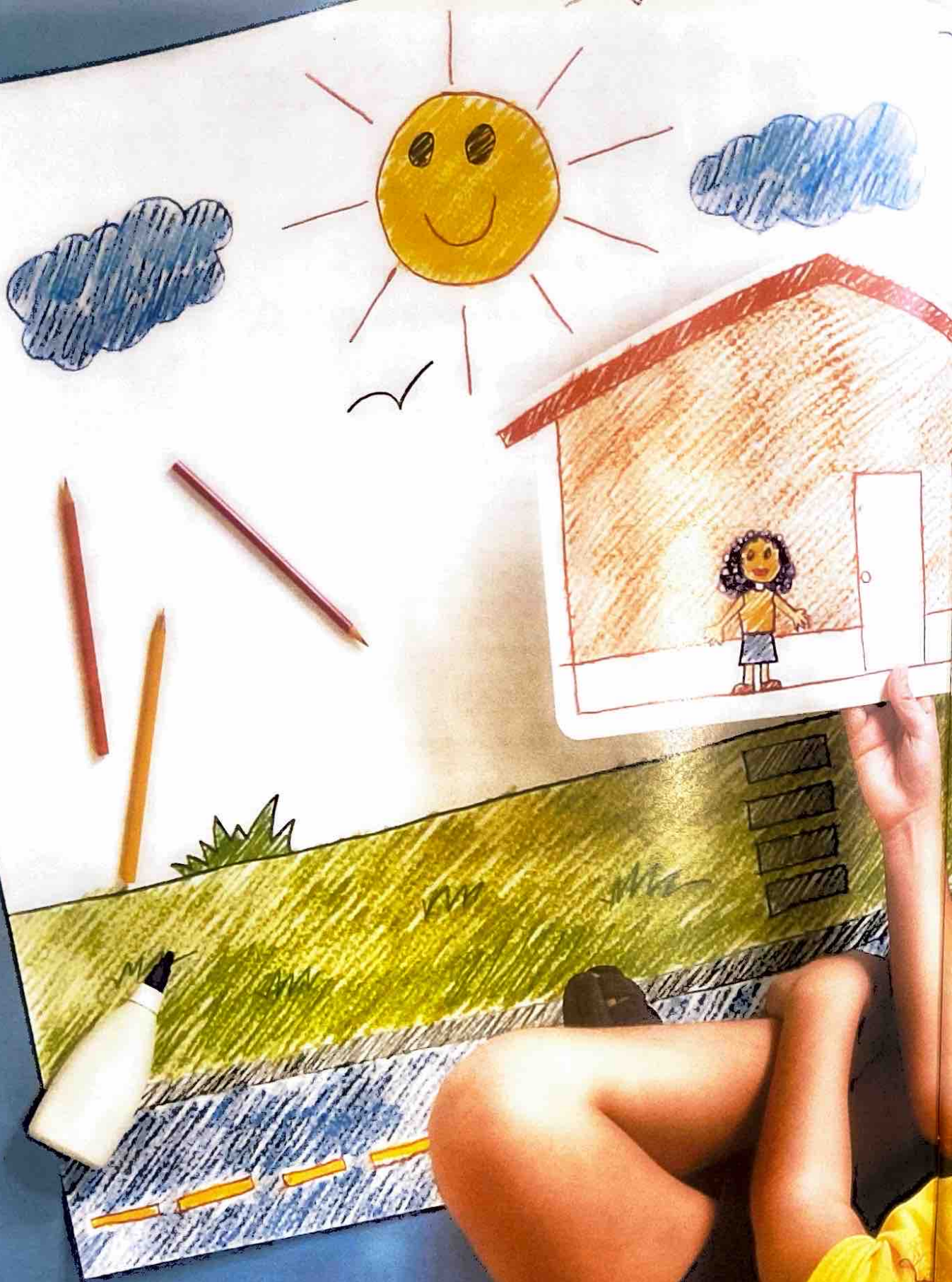
Municípios de São Paulo
não se responsabiliza por idéias e
conceitos emitidos em artigos ou
matérias assinadas, que expressam
apenas o pensamento dos autores, não
representando necessariamente
a opinião da direção da revista.
A publicação se reserva o direito,
por motivos de espaço e clareza, de
resumir cartas, artigos e ensaios.

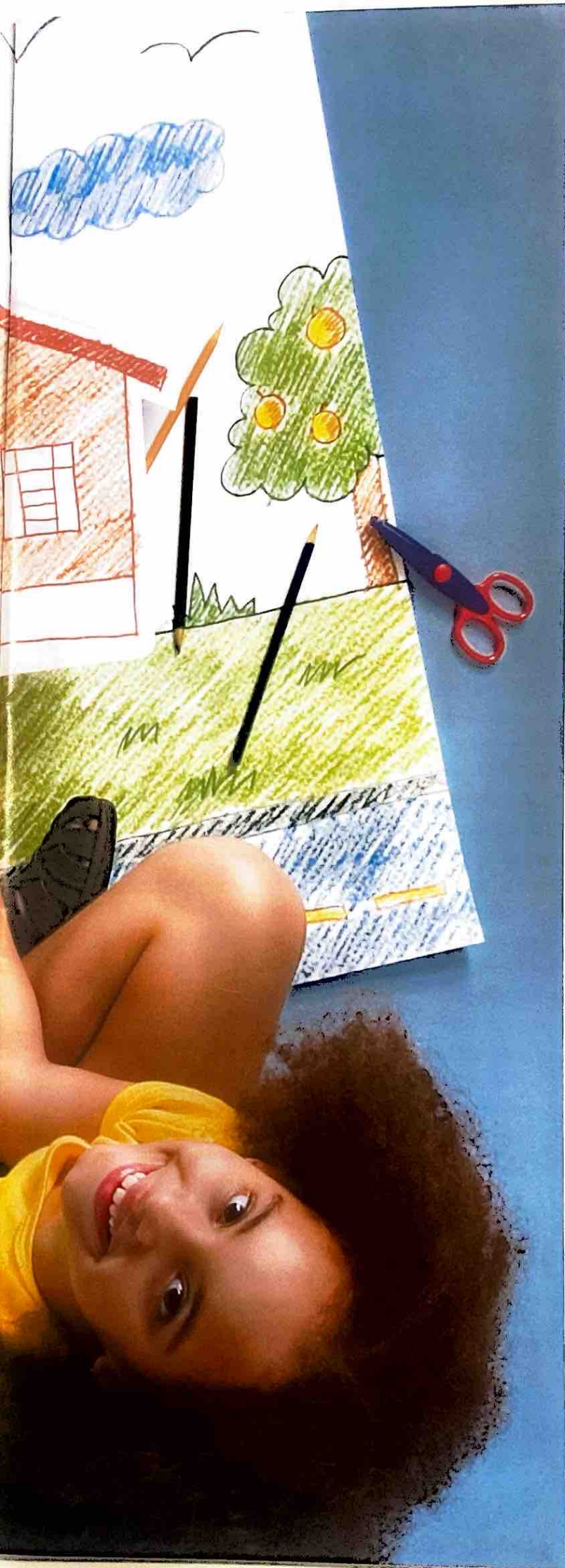
APOIO GRÁFICO: IMPRESSÃO E ACABAMENTO

imprensaoficial

ANER
www.aner.org.br

ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS





**Para você são
77 mil casas.
Para 270 mil pessoas
serão 77 mil lares.**

O Governo do Estado de São Paulo está investindo mais de 865 milhões de reais para que cerca de 270 mil pessoas possam realizar o sonho da casa própria. É o Pró-Lar, o maior programa de habitação da América do Sul que, em parceria com prefeituras, ONGs e moradores vai garantir 77 mil novas moradias até 2006.

**CDHU. Fazendo casas,
construindo cidadania.**

Companhia de
Desenvolvimento
Habitacional
e Urbano



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

Cultura marcha para o interior

Secretário de Estado da Cultura promete visitar interior e ajudar prefeitos a desenvolverem projetos regionais

Ainda em período de adaptação ao novo posto na Secretaria de Estado da Cultura, João Batista de Andrade tem a cabeça fervilhando de idéias para promover o que ele chama de “explosão cultural” em São Paulo. Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo, assumiu a pasta estadual no início de maio, em substituição a Cláudia Costin.

Autor de 11 longas-metragens, de documentários e filmes para a televisão – *O Homem que Virou Suco*, *Doramundo* e *O País dos Tenentes* –, João Batista de Andrade traz para a secretaria a experiência de profissional de cinema conhecedor das políticas culturais de incentivo fiscal, e de parcerias com a iniciativa privada.

Além dos trabalhos na produção cinematográfica, o atual secretário ocupou cargos executivos na área da cultura: foi presidente da Associação de Cineastas de São Paulo (APACI) e da Cinemateca Brasileira, conselheiro do Museu da Imagem e do Som (MIS) e coordenador-geral do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) em sua primeira e terceira edições.

Na entrevista concedida à *Municípios de São Paulo*, o secretário sugere mudança na legislação municipal direcionada para o desen-

volvimento de pequenos projetos e promete visitar municípios distantes da capital, para mapear e estimular programas culturais em cada região.

Assim que assumiu o cargo de secretário, o senhor disse ter pronta uma programação com as verbas definidas para promover uma “explosão cultural” em São Paulo. Que projetos estão incluídos nessa programação?

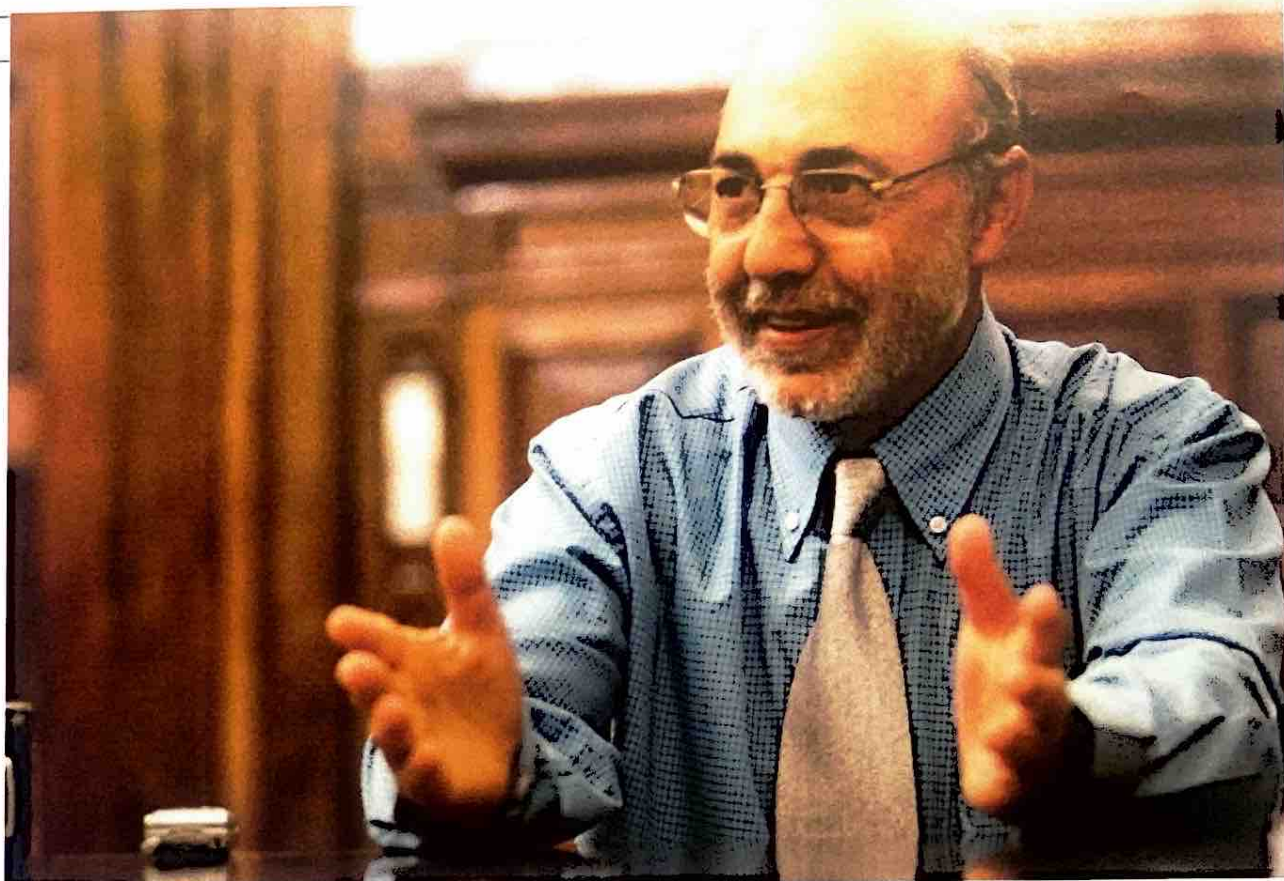
Na verdade, eu estava querendo fazer um apelo para o governador sobre a necessidade de se fazer uma explosão cultural em São Paulo. Para mim, falta um tipo de inserção do Estado que provoque um aumento significativo da produção cultural. A secretaria da Cultura tem uma atuação na área social, agindo onde a juventude é mais

vulnerável. Isso é fundamental porque reverte um tipo de política cultural elitista. Mas eu acho que agora falta um complemento. E a formulação de uma política cultural para São Paulo, que vai ser completada com uma legislação de incentivo à produção, deve acontecer em todos os níveis.

A Secretaria tem uma programação específica voltada para os municípios paulistas?

Será preciso encontrar maneiras para que qualquer cidade consiga acessar os benefícios dessa legislação. Por ser cineasta, conheço e sou usuário das leis de incentivo fiscal. Normalmente, o Estado delimita o tamanho do incentivo. Feito isso, os produtores culturais correm a campo para captar recursos incentivados na sociedade, até a hora que chegar ao limite estabelecido. Mas, como as pequenas empresas do interior poderiam participar? Criando alíquotas diferentes para cada empresa. As menores podem aumentar a alíquota; não precisa ser só 3% [como faz a lei do Audiovisual, por exemplo]. Podem usar 8, 10, 15, 20% para que tenham possibilidade de aplicar a parte do imposto delas – no âmbito estadual seria o ICMS – no seu projeto.

Legislação de incentivo à cultura deve ser aplicada em todos os níveis



João Batista de Andrade tem na gaveta projeto para restauração dos cinemas do interior

Então essa é uma das propostas?

Sim. Além dessa, vou incentivar as prefeituras a terem leis municipais para pequenos projetos. Eu sei que isso é possível, embora pareça que não. Por exemplo, um grupo de música quer fazer um CD. Com R\$ 2 mil, você desenvolve um grupo que é importante para a cidade. É uma forma de atuar junto aos municípios formulando modelos de leis municipais para atender aos pequenos projetos locais. Agora, para acessar bem as leis federais de incentivo, os apoios estaduais são muito importantes. Eles colocam a produção estadual com força para competir no país inteiro na busca dos recursos federais.

Eu tenho vontade também de elaborar um projeto para recuperação de salas de cinema no interior. É uma idéia antiga, que eu

formulei quando fui coordenador da Comissão de Cultura do MDB junto com o Fábio Magalhães, meu adjunto hoje. Penso em recuperar os cinemas do interior e ter uma política de distribuição estadual forte, para que todas as salas tenham filmes. Tudo isso vai exigir uma ação conjunta do Estado com a prefeitura nas áreas de cultura. É um projeto caro e que poderá ser feito por meio de parcerias. Vamos fazer um balanço no Es-

tado sobre o número de salas e suas condições.

Como fica a manutenção dos atuais projetos desenvolvidos pela Secretaria?

Não podemos desdenhar o que já foi feito. O *Projeto Guri*, por exemplo, é muito importante. Trabalha com a música e tira os jovens das zonas de perigo. E já atende quase 25 mil deles, vulneráveis moradores de regiões pobres.

Outro que deve ter continuidade é o *São Paulo: um Estado de Leitores*. No meu pronunciamento na Bovespa, sobre o projeto, eu disse aos diretores: "Se vocês acham que o projeto acabou, estão muito enganados." Porque instalar uma biblioteca é pisar na lua. Agora é preciso implantar a idéia. Vamos recomendar aos prefeitos que passem a fazer análise do significado

Secretaria deve intensificar as parcerias com empresas privadas

dessa biblioteca na sua cidade. Saber o que as pessoas dizem, o que falta, se o espaço está pequeno, se tem computador. Com esse rol de informações que virão do interior, nós vamos discutir qual é o passo seguinte do programa. Ou seja, a própria prefeitura pode mudar a política do Estado.

O interior tem uma riqueza cultural muito grande desenvolvida pelos próprios municípios. Mas os projetos têm pouca visibilidade no Estado. Como o senhor irá trabalhar essa questão?

Quem está fora do centro mata um leão por dia e não aparece. É preciso uma ação coordenada. Montar um projeto sem uma ligação com a capital te deixará sempre isolado. Primeiro, acho que devemos fazer no interior coisas que são de ponta, não ficar só nos pequenos acontecimentos locais. Ou seja, elevar o nível da produção. Para ter visibilidade, crie uma coisa exclusiva, que tenha peso; daí busque parceiro aqui na Secretaria, e também em outras. Não é lei que faz isso, nem eventualmente o nosso desejo; o projeto é que precisa despertar o interesse da mídia e de investidores. Tenho em mente, por exemplo, um projeto para valorizar a cultura caieira. Podemos fazer uma parceria com as cidades do litoral, a secretaria do Meio ambiente, a de Educação e a da Cultura, para montar um evento grande envolvendo a cultura e a questão ambiental do litoral paulista.

O trabalho com o interior, feito

pela Secretaria, ainda é muito deficiente. Quando eu estiver menos sufocado com os problemas pendentes daqui, irei às regiões para fazer encontros e descobrir quais as possibilidades culturais de cada região. Se não dá para bolar um programa para cada cidade, aí você une todas as cidades da região num evento grande. Juntamente com a Secretaria, as cidades podem buscar seus parceiros locais e regionais.

É possível investir na cultura sem um aumento no orçamento

Como o senhor gostaria de trabalhar com os prefeitos paulistas?

O prefeito é o homem que tem o conhecimento tátil das coisas. É preciso casar essa experiência de política local com as mais universais. O *Projeto Guri*, por exemplo, quando chega numa cidade, aproveita da experiência local para se enriquecer. O que não dá é a Secretaria impor um projeto para a prefeitura. A gente tem que encontrar uma maneira de fazer parceria, cada um com a sua experiência.

Durante esses encontros pelo interior, a Secretaria estará aberta para receber propostas e projetos dos prefeitos?

Claro que sim. Acho que temos que fazer uma política muito aberta. A Secretaria funciona com pouco dinheiro. Então nós fazemos muitos projetos com alto nível de excelência para conseguir as parcerias para financiá-los. Se você depender de um dinheiro da Secretaria, seu projeto vai entrar naquela fila interminável, que sempre tem uma procura muito maior do que a oferta.

Quando a ex-secretária Claudia Costin saiu, sua única reclamação foi o baixo orçamento da pasta. O senhor já conversou com o governador sobre um possível aumento de verbas?

Vou ser sincero: não é a coisa que me incomoda mais. Exatamente porque a Secretaria trabalha muito com parcerias. Claro que eu vou pedir ao governador para investir mais na área da cultura, mas não necessariamente aumentando os recursos da Secretaria. Se eu faço uma lei de investimento na cultura, evidentemente vai haver mais investimento, mas não precisa passar pela Secretaria. É o próprio Tesouro que faz o incentivo. Uma produção cultural no Estado inteiro será viabilizada sem que aumente o orçamento da Secretaria. Outra coisa: com o orçamento um pouco melhorado, a gente tem que intensificar as parcerias com as empresas privadas, e buscar investimentos diretos na cultura, que não necessariamente passem pela Secretaria.

NOSSA CAIXA.

Mais facilidade e agilidade para a administração pública.

ACESSO A RECURSOS

- PCM – Programa Comunitário de Melhoramentos
- ARO – Antecipação de Receita Orçamentária
- Convênio de Concessão de Empréstimos aos Funcionários
- Cobrança de Dívida Ativa

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- Bolsa Eletrônica de Compras
- Pagamento dos Salários dos Funcionários Municipais
- Cartão Compra Eletrônica
- Pagamento a Fornecedores
- Aplicações Financeiras
- Arrecadação e Confecção de Carnês de IPTU
- Repasse de ICMS/IPI
- Interveniência Financeira
- Recolhimento da GRPS por Débito em Conta
- Cobrança de Multas de Trânsito

CONCURSOS PÚBLICOS

- Sistema de controle, cobrança e arrecadação de taxas de inscrição de concursos públicos das prefeituras e das empresas, autarquias e fundações municipais.

PROGRAMAS DE GOVERNO

- Banco do Povo Paulista
- Fundos de Desenvolvimento

NOSSA SALA - A SALA VIP DOS PREFEITOS

- Rua Álvares Penteado, 131 - 7º andar - Centro - São Paulo - SP
- SHCS - Quadra 504 - Bloco B - Loja 54/55 - Asa Sul - Brasília - DF
- Tel.: (11) 3111-6626 / E-mail: municipios@nossacaixa.com.br

www.nossacaixa.com.br

Programa Escola da Família será levado aos municípios

O programa estadual que abre as escolas estaduais nos fins de semana para a comunidade participar de atividades esportivas, culturais e de lazer será estendido às escolas da rede municipal. Para que o programa comece a funcionar, o governador Geraldo Alckmin liberou R\$ 48 milhões para o custeio de 15 mil bolsas de estudos em cursos superiores a alunos universitários que atuarão como educadores. Segundo a coordenadoria do programa, 372 prefeituras já manifestaram interesse na implantação do programa na rede municipal, entre elas a capital.

Prêmio Internacional

O mesmo Programa Escola da Família também recebeu o Prêmio

Interamericano de Responsabilidade Social, pela experiência de inclusão digital envolvendo a comunidade. A iniciativa foi do Instituto de Estudos Avançados das Organizações dos Estados Ameri-

canos (OEA). O representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, entregou o prêmio ao governador Geraldo Alckmin, durante a cerimônia de abertura do 2º Congresso do Escola da Família.



Alckmin recebe prêmio da OEA do representante da Unesco

Projeto oferecerá esgoto tratado a cidades sem assistência da Sabesp

O governo do Estado anunciou projeto para oferecer 100% de esgoto tratado a municípios de pequeno porte que não são atendidos pela Sabesp. Este ano, 36 cidades com até 30 mil habitantes receberão apoio do programa Água Limpa. Com investimento de cerca de R\$ 100 milhões, o Estado financiará a construção de sistema de coleta e tratamento de esgoto. Para participar, a cidade precisa ter projeto executivo para a obra, área desapropriada e licença ambiental. Os recursos são provenientes da Secretaria Estadual da Saúde. Já o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), da

Secretaria de Estado da Energia, é responsável pelo apoio técnico. Os municípios beneficiados nessa primeira fase do programa são: Américo de Campos, Canitar, Chavantes, Cravinhos, Dobrada, Engenheiro Coelho, Itapuru, Itajobi, Itirapina, Jaci, Júlio Mesquita, Junqueirópolis, Manduri, Marapoama, Martinópolis, Mirandópolis, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Neves Paulista, Nova Independência, Novais, Palmital, Paraíso, Patrocínio Paulista, Paulicéia, Pompéia, Potim, Rinópolis, Santa Adélia, São Simão, Tabapuã, Tabatinga, Taiúva, Tambaú, Tanabi e Urupês.

Estado libera recursos para estâncias

Com a liberação de R\$ 98 milhões, a Apreesp (Associação das Prefeituras de Cidades Estâncias do Estado de São Paulo) investirá na infra-estrutura das 67 cidades. O maior repasse, de R\$ 12 milhões, foi para Santos; o menor, de R\$ 746,2 mil, para São José do Barreiro. Esses recursos se referem a convênios assinados em anos anteriores, entre as prefeituras e o Dade (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), órgão ligado à Secretaria de Estado do Turismo. Para 2005 está prevista a liberação de R\$ 115 milhões.

Aprovado sistema de habitação para famílias carentes

Após 14 anos de tramitação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que regulamenta o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Caberá ao sistema, a ser presidido pelo Ministério das Ci-

dades, a centralização de todos os programas e projetos de interesse social destinados à habitação.

De iniciativa popular, o projeto institui a participação da sociedade civil no conselho gestor, que será composto também por representantes do Poder Executivo, de forma paritária. A proposta

determina que as aplicações dos recursos do fundo devem ser submetidas à política do Plano Diretor ou em legislação equivalente em pequenos municípios.

Para ter acesso ao dinheiro, Estados e municípios terão que criar conselhos, com a participação dos movimentos populares.

Programa federal unifica políticas de saneamento

O Conselho Curador do Fundo de Garantia (FGTS) aprovou proposta do Ministério das Cidades de criação do programa Saneamento para Todos, que substitui os que vinham sendo operados até agora (Pró-Saneamento, Pró-

Sanear, Pró-Comunidade e FCP/SAN). Segundo o secretário nacional de Saneamento, Abelardo de Oliveira Filho, um dos principais diferenciais é o estímulo à eficiência dos prestadores de serviço em saneamento. A empresa que tomar

dinheiro emprestado do FGTS e cumprir as metas terá como incentivo a redução da taxa de juros. O prazo para o pagamento será dilatado, para facilitar o acesso aos recursos, previstos em R\$ 2,7 bilhões para este ano.



ITEC®

INSTITUTO DE ESTUDOS TÉCNICOS
PESQUISAS E PROJETOS PARA
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**Material didático criativo,
inovador e a melhor assessoria
em capacitação docente e
técnico-administrativa.**

Educação Infantil



**Ensino Fundamental
EJA**



Tel.: (19) 3841.3635 • www.itecsp.org.br • sap@itecsp.org.br



Municípios em alerta

Além da busca por convênios e parcerias com a iniciativa privada, as cidades precisam investir na capacitação de gestores para a preservação ambiental

Até duas décadas atrás, o tema meio ambiente era bandeira levantada por grupos isolados que defendiam a preservação de ecossistemas como o da Amazônia ou Pantanal – áreas com concentração peculiar de fauna e flora, e distantes das cidades e urbanização. A idéia de preservação parecia associada somente a essas regiões específicas e não incluía os locais já povoados. Esse pensamento começou a se perder em 1992, com a realização da Eco 92. Passada a febre ecológica, que virou moda, e alguns eventos depois, o tema hoje mudou e passa por um período de consolidação.

O artigo 23 da Constituição de 1988 define que União, estados, Distrito Federal



Cananéia: reservas despertam interesse de ONGs

e municípios têm em conjunto a responsabilidade de proteger o meio ambiente. Na esfera municipal, no entanto, o esforço de conscientização ainda está no começo e o campo de trabalho oferece grande dificuldade para os novos prefeitos brasileiros. Pesquisa de Informações Básicas Municipais sobre Meio Ambiente, com dados recolhidos em 2002 e divulgada pelo IBGE em maio, cravou um resultado grave: 77% das cidades têm problemas ambientais.

Os que mais dão dor de cabeça aos gestores dos 5.560 municípios ouvidos pela equipe de técnicos do instituto são,



OSCAR LUPRÃO / PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

São Bernardo fez convênio com governo japonês para recuperação da região da Billings

na classificação da pesquisa, os relacionados a assoreamento de rios, lagos ou açudes. Em segundo lugar estão os problemas que causam dano às condições de vida de população, como desmatamento e presença de esgoto a céu aberto, e em terceiro, a poluição da água. As dificuldades com o meio ambiente já são sentidas na economia dos municípios: 47% dos prefeitos disseram que pelo menos uma atividade primária (pesca, agricultura ou pecuária) foi prejudicada por conta de problemas ambientais. A pesquisa, que ouviu gestores municipais e prefeitos, também percebeu que esses profissionais lideram ações de combate que não são compatíveis com a causa dos problemas. “Dos municípios que citaram a poluição como principal problema ambiental local, 64%

apontaram as queimadas como causa da poluição. Mas apenas 28% dessas cidades fazem ações de controle deste problema”, ex-

**Segundo o
IBGE, 77%
das cidades
têm problemas
ambientais**

plica Paulo Gonzaga, economista do núcleo de estatísticas ambientais do IBGE. “O município pode achar que determinadas responsabilidades não são suas. Há um descasamento”, diz.

Apesar de destacar uma radiografia calamitosa da condição do meio

ambiente (*leia quadro com os principais índices nas págs. 20 e 21*), a pesquisa também revelou resultados mais satisfatórios. O Estado de São Paulo possui o maior índice de participação de prefeituras nos Comitês de Bacia Hidrográfica: 95% delas disseram se apoiar no trabalho do comitê para conciliar o uso moderado da água dos rios de sua região. “Apesar de prevista na legislação estadual, a participação nos comitês paulistas é, ainda assim, muito alta”, pontua Gonzaga.

A prefeitura da pequena cidade de Corumbataí compõe o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio que passa pela cidade e que leva o mesmo nome. Lucilene de Aquino, coordenadora da Coleta Seletiva de Lixo e Meio Ambiente da cidade, explica que com o comitê é possível dar

As causas da degradação

Questionados pelo IBGE em 2002, prefeitos e gestores ambientais apontaram os principais problemas encontrados em suas cidades, na Pesquisa de Informações Básicas Municipais sobre Meio Ambiente. Confira a proporção de municípios que declaram o problema, (em %):



conta do reflorestamento da mata ciliar do rio, já que a prefeitura não dispõe de viveiros para desenvolver as mudas a serem replantadas. Nas reuniões, das quais participam além de representantes municipais e da sociedade civil

também professores e estudantes da Unesp de Rio Claro, buscaram-se soluções para o problema de assoreamento, já que o rio tem a presença de mineradoras em suas margens. “Aqui o dinheiro é contado para todos os setores da prefeitura”, conta a funcionária, que é responsável pela conscientização nas escolas.

O trabalho de Lucilene em Corumbataí é pesado. Ela é a única pessoa no pequeno município de pouco mais de 4.000 habitantes responsável pelo meio ambiente. Sem ter uma secretaria exclusiva ou como parte das responsabilidades de outro departamento, a prefeitura da cidade de Corumbataí pertence aos 36% das cidades, ainda segundo a pesquisa do IBGE, que possuem um outro tipo de estrutura municipal para o meio ambiente que não uma secretaria. Somente 6% responderam ter uma pasta específica para o tema.

Em São Bernardo do Campo, a secretaria de Habitação e Meio Ambiente cuida do trabalho no município, que tem 52% de terras compostas por mananciais e 18%, de Mata Atlântica. O entorno da região metropolitana de São Paulo

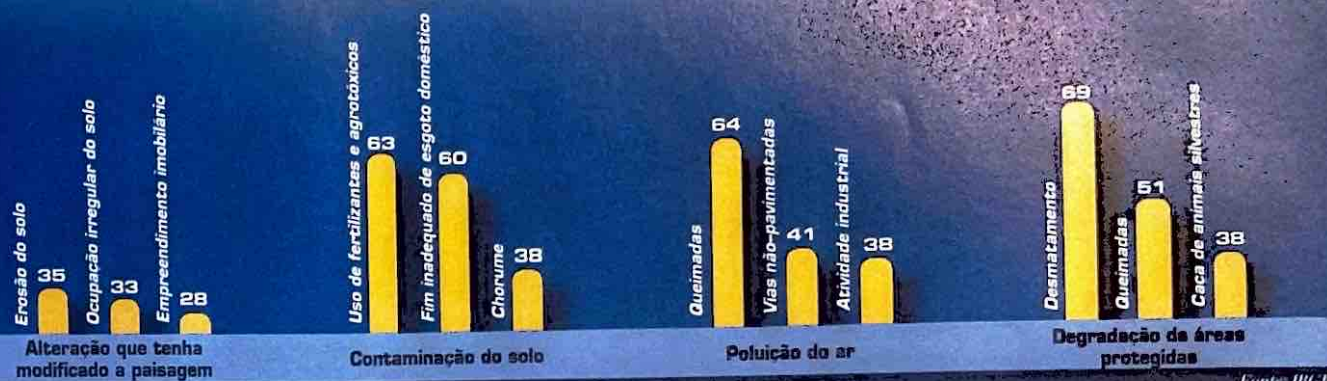
foi declarado Área de Reserva da Biosfera pela Unesco, em 1994, em um processo semelhante à escolha de patrimônios da humanidade. Segundo o secretário municipal Osmar Mendonça, a necessidade de conseguir recursos

**Somente 6%
dos municípios
têm secretarias
de meio
ambiente**

financeiros para manutenção da região impulsionou a prefeitura a buscar incentivos junto a bancos internacionais, além dos recursos estaduais e federais. “Mesmo com as verbas nacionais e internacionais, a prefeitura também tem que criar a mobilização interna dos cidadãos para formar novos hábitos. O problema ambiental é um problema urbano”, explica Mendonça. Ainda esse ano, a prefeitura da cidade assinará com o governo japonês, por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão



Margens do rio Corumbataí: prefeitura luta por proteção



(JICA), convênio para recuperação e preservação ambiental da região da represa Billings.

“Nos anos 80, o IBGE usava indicadores como número de geladeira e televisão para medir o desenvolvimento e qualidade de vida por habitante. Hoje, a questão ambiental é determinante na variação destes índices”, comenta Mario Mantovani, diretor de mobilização do SOS Mata Atlântica, organização não-governamental que, há 18 anos, luta pela preservação da mata que recorta o litoral sul e está presente também em grande parte da região sudeste no País.

“Os municípios brasileiros agora têm responsabilidades, mas falta recurso”, aponta Mantovani.

Mão-de-obra

Outro apoio para os municípios é o trabalho em conjunto com ONGs interessadas em estudar

Em SP, 945 servidores cuidam do meio ambiente nas 645 cidades

os problemas ambientais locais e levá-los a instâncias superiores. “As organizações têm estrutura formada por técnicos altamente capacitados e podem montar um projeto detalhado e com chances maiores de receber remessas federais”, explica Marcelo Ribeiro, diretor do departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do município de Cananéia. A região - pertencente à área de proteção federal - é foco de muitas entidades que formam parcerias com a



Osmar Mendonça,
secretário de São Bernardo

prefeitura local. Outra vantagem de se trabalhar em parceria com entidades não-governamentais é o reduzido trâmite burocrático para utilização dos recursos, já que não é preciso, por exemplo, prestar contas junto ao Ministério do Meio Ambiente. “Além disso, são elas que também ficam responsáveis por contratar todos os profissionais que executarão o projeto. Todo o processo também é mais rápido já que não se exige concurso ou licitação, por se tratar de uma entidade do terceiro setor”, explica Ribeiro. No último levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de

ALVARO VASCONCELOS/IBGE

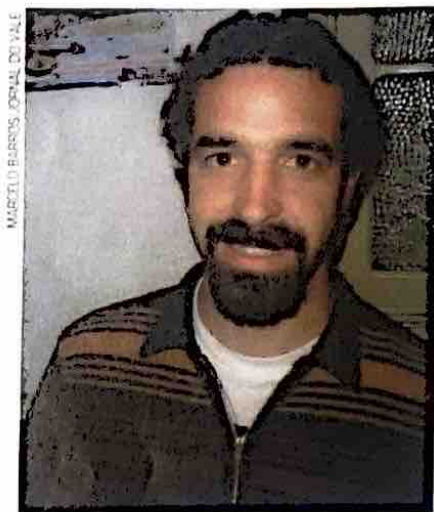


Gonzaga, do núcleo de estatísticas ambientais do IBGE

OSCAR JUPRACY/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Veja que órgãos da Comissão Tripartite paulista estão envolvidos na aplicação do Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais:

- Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente do Estado de São Paulo – ANAMMA/SP
- Associação Paulista de Municípios – APM
- Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb
- Confederação Nacional dos Municípios – CNM
- Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama
- Instituto Ecoar para a Cidadania
- Observatório da Universidade Estadual Paulista – Unesp



Ribeiro, diretor de Meio Ambiente de Cananéia

Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), registrou-se a ocorrência de 275.895 ONGs no País, em 2002. Destas, 1.591 tinham como foco o meio ambiente e a proteção animal. O trabalho das entidades vem ocupar um vácuo deixado pelas próprias estâncias públicas. O número reduzido de técnicos

ambientais nas prefeituras limita a elaboração de projetos de preservação e desenvolvimento das cidades. Só para se ter uma idéia, o índice de funcionários atuantes no setor representa apenas 1,1% do total de servidores municipais do País. No Estado de São Paulo, essa porcentagem é de apenas 0,7%,

Comissões Tripartites participam de programa de capacitação

ou seja, 945 servidores públicos cuidam do meio ambiente nas 645 cidades paulistas.

Capacitação

O Ministério do Meio Ambiente lançou no último dia 23 de agosto o Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais Municipais. O objetivo central será a formação dos ser-

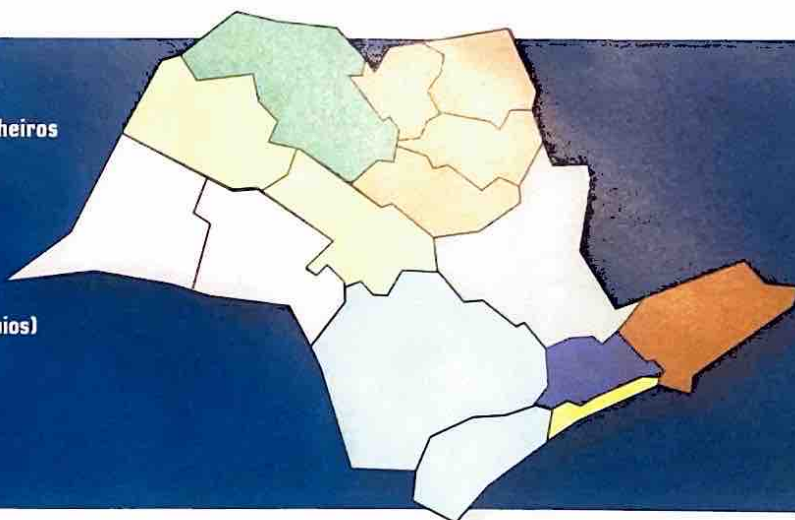
vidores responsáveis pela implementação da Política Municipal de Meio Ambiente. Para colocar em prática o programa, o Ministério será representado pelas Comissões Tripartites Estaduais dos dez estados participantes. “Será uma tentativa de mobilizar e sensibilizar um formato novo de gestão ambiental, em parceria com a sociedade civil”, explicou Fredmar Corrêa, um dos coordenadores do projeto em São Paulo e representante da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb).

O programa paulista é tido pelo Ministério do Meio Ambiente como modelo – juntamente com o projeto desenvolvido pelo Estado da Bahia. A Associação Paulista de Municípios participa do projeto como entidade tomadora, ou seja, instituição com a qual o Ministério irá selar o convênio. “Ao assumirem o curso, os municípios assumem a legalidade do trato com o meio ambiente, ação que já é feita com legitimidade”, assinala Antônio César Simão, diretor da APM e membro da Comissão Tripartite Paulista. No cronograma de trabalhos estão

ROTEIRO DO PROGRAMA

O Programa Paulista de Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais percorrerá nove áreas no Estado. Confira a ordem das regiões que serão visitadas:

- São José do Rio Preto (96 municípios)
- Araçatuba e Bauru (82 municípios)
- Sorocaba e Registro (93 municípios)
- Barretos, Franca, Ribeirão Preto e Central (93 municípios)
- Presidente Prudente e Marília (104 municípios)
- Grande São Paulo (39 municípios)
- São José dos Campos (39 municípios)
- Campinas (109 municípios)
- Baixada Santista (9 municípios)



ADALBERTO MARQUES



Simão, membro da Tripartite Paulista e diretor da APM

previstos encontros regionais de sensibilização dos prefeitos e seminários regionais, que objetivam ampliar a compreensão do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente – junto aos conselheiros ambientais e técnicos das câmaras de vereadores. Os seminários terão duração de um dia, enquanto os encontros serão em forma de palestras mais breves. Essa primeira fase do programa planeja, em um ano, passar por todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo. Para viabilizar os encontros,

a coordenação do projeto contará com o apoio de prefeituras e instituições de ensino, como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), que irão oferecer espaços para a realização dos encontros.

As cartilhas enviadas pelo governo federal, que servirão de apoio para os seminários, serão adaptadas a cada região visitada. “O conteúdo irá trabalhar e incluir a realidade ambiental de cada localidade”, explica Fredmar. Pesquisas aplicadas pela coordenação do projeto junto a cada gestor municipal presente aos seminários também irão orientar possíveis mudanças no conteúdo. As respostas recolhidas indicarão o grau de estruturação da política ambiental dos municípios. “Vamos conseguir montar um quadro mais

claro de como as cidades trabalham a questão, e como tratam os problemas”, explica Fredmar.

Finalizada a primeira etapa do programa, a Comissão Tripartite acompanhará os indicadores qualitativos e quantitativos referentes à efetivação do sistema municipal de meio ambiente. Irá avaliar e estimular, por exemplo, a criação de conselhos municipais, a elaboração de novos projetos de lei e a implementação do licenciamento ambiental municipalizado.

Aos poucos os gestores assimilam a importância do meio ambiente no seu município. Na verdade, os prefeitos e secretários estão num impasse: ou nivelam o meio ambiente ao mesmo grau de importância das pastas de educação e de saúde, ou sofrerão, em curto prazo, com o desequilíbrio ambiental. Aliás, o investimento em meio ambiente tem importantes ligações com as pastas citadas: a obrigação de formar cidadãos conscientes dentro das escolas e oferecer um cenário no qual a qualidade de vida não seja prejudicada pela devastação.

Programa de capacitação federal percorrerá SP em um ano

Municipalista Emérito

Fundador da Rede Vida recebe título da Associação Paulista de Municípios durante festa de dez anos do canal

Foi durante a cerimônia de comemoração dos dez anos de existência da Rede Vida de Televisão que o fundador do canal, João Monteiro de Barros Filho, recebeu o troféu de Municipalista Emérito das mãos de Carlos Cruz, diretor da APM, representante do presidente Celso Giglio. Outorgado por unanimidade pela diretoria da entidade, o título prestigia o jornalista pelos relevantes serviços prestados em prol das comunicações, do trabalho ético e apoio ao desenvolvimento cultural do Estado de São Paulo. “Somos muito econômicos na concessão desse tipo de honraria. E João Monteiro é um dos poucos no Estado merecedor desse título. Seu currículo contém importantes ações voltadas para as causas municipalistas”, afirmou Carlos Cruz.

O homenageado transferiu o título a todos os funcionários do grupo Monteiro de Barros de comunicação: “Dedico esse troféu à grande família que nos proporcionou a conquista das rádios, Jornal O Di-

**João Monteiro
ofereceu
troféu aos
funcionários
do grupo**



Carlos Cruz (à esquerda) entrega prêmio a João Monteiro

ário e Rede Vida de Televisão.”

Estiveram presentes na cerimônia realizada em Barretos: o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Turismo, João Carlos Meirelles; o presidente da Uvesp, Sebastião Misiara; o presidente estadual do PSDB, deputado federal Antônio Carlos Pannunzio; o deputado estadual Arnaldo Jardim; o prefeito de Barretos, Emanuel Mariano Carvalho e vários prefeitos e vereadores da região.

História

A Rede Vida de Televisão nasceu com a conquista do canal 11 de São José do Rio Preto. Ao longo dos últimos 10 anos, a emissão-

ra católica cresceu e seu sinal aberto é captado hoje por todas as capitais brasileiras e por mais de 1.500 cidades. A quinta maior rede de televisão do País também está presente em todos os canais de TV por assinatura. “Nosso público estimado hoje é de 108 milhões de telespectadores no sistema aberto VHS e UHF”, explica o diretor João Monteiro de Barros Neto.

Além da Rede Vida, o grupo de comunicação engloba duas rádios AM (Rádio Barretos e Rádio Independente), três FM's (Sistema, Colina e Rádio Independente) e o periódico O Diário de Barretos, que tem tiragem diária de oito mil exemplares.

O Expoente está levando o melhor ensino para a escola pública

O Expoente oferece ao seu município a qualidade e a experiência de ensino adquiridas em toda a sua história no ensino privado e público. São as Soluções Expoente para a Educação Municipal.

Por meio das Soluções Expoente, seus alunos e professores vão utilizar um material didático sistematizado, com acesso aos mais avançados recursos educacionais.

Conheça um pouco mais sobre as soluções educacionais do Expoente



EJA – Educação de Jovens e Adultos

Material didático com linguagem adequada ao desenvolvimento de jovens e adultos, que atende a todas as resoluções do MEC e indicações dos Conselhos Estaduais de Educação, desde a Alfabetização Funcional até o Ensino Médio. Dividido em módulos, supre as necessidades de diversas grades/modalidades curriculares: por disciplina, série, segmento ou fase de ensino.

Um material sistematizado que, além de orientar os professores, estimula a curiosidade e o interesse dos alunos. Atende aos LCNs e PCNs e é utilizado nas mais conceituadas instituições de ensino públicas e privadas. Aspectos inovadores: materiais de apoio de Filosofia, Sociologia, Arte e Cultura Afro-Brasileira.

Material Didático Expoente



SGA – Sistema de Gestão Acadêmica

Um sistema que integra, flexibiliza e agiliza a gestão das escolas da rede municipal de ensino. Permite acesso instantâneo a informações e possui módulos para monitoramento de matrícula, turma, frequência, avaliação, merenda escolar, histórico escolar, controle de patrimônio, entre outros.

Qualidade de ensino comprovada

"O material do Expoente foi aprovado por unanimidade pelos nossos professores. Hoje tanto os educadores quanto os pais estão muito satisfeitos com a qualidade do ensino." **Maria de Lourdes de Almeida, Assessora administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Castilho (2500 alunos)**

"O material didático em papel A3 que o Expoente preparou para a nossa prefeitura beneficia o aluno com algum problema de acuidade visual e nos permite efetivar o processo de inclusão, atendendo às exigências do MEC. Esse é um dos grandes diferenciais do Expoente." **Maura Cristiane Balbinot, Secretária Municipal de Educação de Ourinhos (12000 alunos)**

Ligue 0800 41 4424
e solicite o material demonstrativo.

Expoente
EXCELÊNCIA EM EDUCAÇÃO

Sócios na educação

Adotados por mais de cem prefeituras paulistas, os sistemas de ensino privado sugerem novo método pedagógico

POR DANIELA TOFOLI

Contar com os sistemas particulares de ensino é a nova arma que as redes municipais vêm usando para replanejar a educação da sua cidade. Da avaliação inicial ao acompanhamento de alunos com defasagem, as empresas particulares oferecem sistema com material didático e assessoria técnica para os professores da rede pública. Amparada pela Lei de Diretrizes e Bases, a compra de sistema de ensino pode ser feita com os recursos do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), também usados para contratação de servi-



L. C. OLIVEIRA/PREFEITURA DE JAÚ

Alunos da rede pública de Jaú estudam pelo método Positivo

**Professores
recebem
orientação para
aplicar método
particular**

ços de formação de professores e compra de material didático.

A decisão de adotar um sistema particular já foi tomada por muitas prefeituras paulistas. A cidade de Jaú, por exemplo, começou a parceria neste ano com 1.600 estudantes da educação infantil e

1.000 de 5.^a a 8.^a séries do ensino fundamental. “Os professores sempre nos pediam um projeto mais sólido de educação, que tivesse continuidade e consistência”, afirma Durval Antônio Fiorelli, secretário de Educação. “Resolvemos, então, procurar quem já tinha know-how.” Bem avaliada pela secretaria municipal, a parceria com o Grupo Positivo poderá se estender para as escolas de 1.^a a 4.^a séries. “O conteúdo regionalizado, o portal na internet e o acompanhamento constante são diferenciais que dão resultado na prática”, afirma Fiorelli. “Ainda é cedo para uma avaliação mas,

no fim do ano, participaremos do Saresp [Sistema de Avaliação da Secretaria Estadual de Educação]. Aí conseguiremos medir melhor

Opet

O que oferece:

Assessoria pedagógica presencial com 64 horas/ano para professores, material didático, trabalho de aperfeiçoamento técnico de funções com pedagogos, coordenadores e diretores e portal na internet.

Prefeituras de SP que adotam: 15

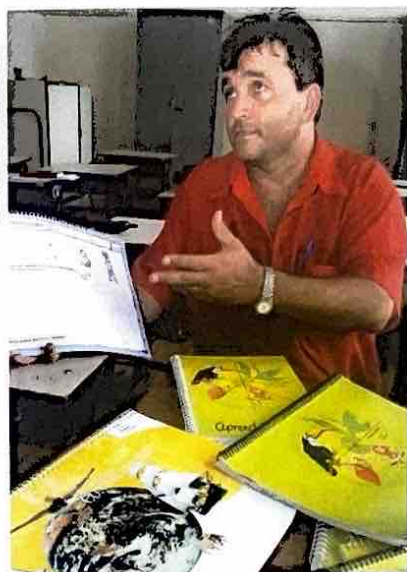
Preço por aluno/ano (média): R\$ 150,00

Duração do contrato:

Um ano

Contato: 0800-410034





**João Batista Gabriel,
secretário de Bocaina**

estes avanços." Criado em 1996, o Saresp passou a ser aplicado a todos os alunos da rede estadual de ensino a partir de 2003. A prova, que até este ano só incluía questões de português para avaliar a leitura, terá também perguntas sobre matemática.

Em Bocaina, a secretaria de Educação também foi buscar a parceria do Positivo. A adoção do sistema surgiu como alternativa para melhorar a alfabetização dos estudantes. "Cerca de 20%

dos alunos que iam para a 5ª série ainda tinham problemas para ler e escrever", conta o secretário municipal, João Batista Gabriel. "Escolhemos um sistema que também oferece material específico para estes casos." Desde o começo do ano, os 1.300 estudantes do município estão usando o novo material didático. "Além de resolver esta dificuldade específica e de melhorar a qualidade, estamos conseguindo nivelar o ensino da rede", explica.

Apesar do pouco tempo, Gabriel garante que dá para perceber resultados positivos. "Os alunos estão mais interessados e muitos pais que mandavam os filhos

Empresas fazem diagnóstico da educação na rede pública

estudarem em escolas de cidade vizinha já estão revendo suas decisões." No fim do primeiro bimestre, uma avaliação com os pais dos alunos mostrou que 96% estão achando ótimos o material e o conteúdo pedagógico. "No começo, enfrentamos resistência por parte de alguns professores. Agora, estão todos acostumados à nova forma de ensinar."

Em Restinga, a dificuldade do início da parceria com o Sistema COC, no ano de 2000, foi com os

Anglo

O que oferece:

Material didático, avaliação da rede pública, acompanhamento e solução de problemas emergentes

Prefeituras de SP que adotam: 10

Preço por aluno/ano (média):

R\$ 270,00

Duração do contrato:

Um ano

Contato:

(11) 3273-6143



alunos. "Alguns tiveram problemas para acompanhar o material", conta o secretário, Jorge Eurípedes da Silva. A solução foi organizar aulas de reforço. "A qualidade melhorou muito, os professores estão mais atualizados, levam notícias de jornais para as salas de aula, e os pais podem fazer todo o acompanhamento, saber se o filho fez a lição, se o docente pulou algum conteúdo. Todos os lados saem ganhando." A cidade fez a parceria para os 585 alunos de 5ª a 8ª séries e planeja o mesmo para os estudantes de 1ª a 4ª.

Para a diretora de Educação de Cabreúva, Lucília Pinto de Souza Giacomini, a adoção de um sistema de ensino apareceu como solução para acabar com os problemas de atraso de entrega dos livros pedidos ao PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). "Além da demora, nós também dificilmente conseguíamos receber do MEC nossa primeira opção de material didático. O Estado de São Paulo tem muitas escolas municipais", explica Lucília. Passada uma experiência com outra rede de

Expoente

O que oferece:

Suporte pedagógico dividido em quatro etapas, visita técnica, portal educacional com trabalhos complementares para alunos e professores, e roteiro de trabalho para docentes.

Prefeituras de SP que adotam: 14

Preço por aluno/ano (média):

R\$ 175,00

Duração do contrato:

1 ano

Contato:

0800-414424





André Caldeira, diretor de marketing do Grupo Positivo

ensino – que terminou também devido ao atraso na entrega de apostilas –, a prefeitura fechou contrato em 2005 com a Editora Opet, empresa sediada em Curitiba. Atualmente, cerca de cinco mil crianças da educação infantil e da fundamental estudam com o material da editora. A diretora de Cabreúva entoou o mesmo discurso de satisfação das outras prefeituras paulistas que adotaram

um sistema privado: “Temos hoje uma conduta pedagógica única. Antes do sistema, cada escola e cada professor trabalhava a educação no município de uma forma”, explica.

Parceiros

O Grupo COC oferece atualmente pacotes para 68 secretarias municipais de São Paulo. As parcerias começaram em 1999, com a criação do NAME – Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino. Segundo Nilson Curti, diretor-superintendente do Grupo, com a experiência na rede pública foi possível perceber que não adianta apenas vender o material e treinar os professores. “É preciso dar

**Apostilas
destinadas à
rede pública
têm conteúdo
específico**

uma assessoria constante, fazer um acompanhamento minucioso. Se uma turma está tendo alguma dificuldade, propomos alternativas para os professores e diretores”, conta o diretor.

O levantamento e a discussão de alternativas para problemas pedagógicos nas escolas públicas é o primeiro passo do trabalho do sistema de ensino UNO, da Editora Moderna. Olhando de fora, os técnicos das redes analisam o quadro educacional juntamente

Positivo

O que oferece:

Assessoria pedagógica, material didático, portal educacional com mais de 600 mil páginas, treinamento de coordenadores pedagógicos e acompanhamento do trabalho

Prefeituras de SP que adotam:

Nove

Preço por aluno/ano (média):

R\$ 160,00

Duração do contrato:

Um ano

Contato:

0800-6441515

com importantes personagens: os professores. “Em um workshop realizado por nossa equipe pedagógica, inicialmente promovemos um debate para analisar o quadro da educação e necessidade de mudanças, apresentando inclusive sugestões de melhoria e métodos para sua implementação”, afirma Carlos Roberto Piatto, supervisor pedagógico do sistema. Após parcerias estaduais, o UNO começou a participar de licitações públicas municipais neste ano. Hoje, trabalha para a reformulação da rede educacional da cidade de Dois Córregos.

Antes de fechar a parceria, o grupo Anglo faz um estudo minucioso do município. “Levantamos todas as demandas, conhecemos a realidade da rede e, se for o caso, se a situação do ensino estiver aquém da desejada, desaconselhamos a adoção do sistema. Não por discriminação, mas por respeito ao município”, diz o gerente de vendas e divulgação, Roberto Gomes. Isso porque, explica, o material que vai para a rede pública é o mesmo da rede privada. “O nível de exigência é alto e os estudantes

COC

O que oferece:

Treinamento de professores, material didático, orientação sobre a distribuição de turmas, sugestões de livros paradidáticos a serem solicitados ao MEC, CD-Roms para as bibliotecas e portal na internet

Prefeituras de SP que adotam: 68

Preço por aluno/ano (média):

R\$ 185,00

Duração do contrato:

Sugere a adoção por cinco anos

Contato:

(16) 603-9560

e professores precisam conseguir acompanhar”, afirma. Hoje, o sistema atua em 12 prefeituras distribuídas entre São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Apesar do apoio oferecido aos docentes, um dos desafios dos sistemas é a resistência de alguns professores ao método. “No início,

**Sistema
deve ser
complemento
de projeto
educacional**

alguns professores estranharam o material. Mas agora estão todos satisfeitos”, explica a diretora de Educação de Santa Rosa do Viterbo, Clara Villas Boas Bruno. Lá, os 1.300 estudantes da rede municipal estudam pelo método do COC

desde o ano passado. “Queríamos dar um suporte pedagógico melhor para os nossos professores, além de melhorar toda a rede”, conta a diretora.

Para a gerente de produtos da Editora Opet, Célia Cúnico, a grande dificuldade percebida entre os professores da rede pública é outra: “Cada apostila tem um conteúdo para ser aplicado em um bimestre. Muitos docentes têm problemas para seguir à risca o ‘tempo escolar’ do conteúdo. É preciso disciplina por parte do profissional”, conta.

Embora contem com o entusiasmo das prefeituras, uma vez que facilitam o trabalho pedagógico, os sistemas de ensino não são, ainda, uma unanimidade. Para a professora da Faculdade de Educação da Unicamp e integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educação da Unicamp, Eloísa Matos Höfling, o principal problema dos sistemas é que eles trazem para a escola um projeto

ITEC

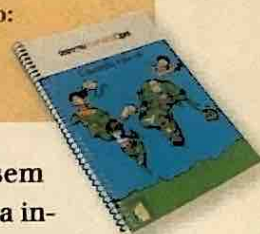
O que oferece:
Software de gestão escolar informatizada, material didático personalizado, capacitação docente por bimestre, material complementar com vistas à adequação do conteúdo e as características do município

Prefeituras de SP que adotam:
Quatro

Preço por aluno/ano (média):
R\$ 230,00

Duração do contrato:
Dois anos

Contato:
(19) 3841-3635



fechado de ensino, sem que a prefeitura possa intervir no conteúdo. “Cada secretaria municipal de Educação precisa ter um projeto pedagógico próprio. Sou contra este tipo de parceria porque é apenas uma compra de serviços, e o ensino fica terceirizado”, alerta.

Material específico

Embalado pela grande procura das prefeituras por soluções fechadas de ensino, o Grupo Positivo lançou no início do ano o SABE – Sistema Aprende Brasil de Ensino, que já está em atividade em nove municípios de São Paulo. Atuando até agora com alunos particulares, o grupo se aventura na rede pública e faz algumas adaptações ao seu método. As apostilas oferecidas não são as mesmas entregues nas escolas particulares. “Resolvemos fazer um material exclusivo para a rede pública porque a realidade é diferente, mas isto não quer dizer que a qualidade seja inferior”, diz o diretor de marketing do Grupo, André Caldeira.

O Curso Objetivo, que desde 2000 tem o SOME – Sistema Objetivo

DIVULGAÇÃO/PUBLICOCC



Nilson Curti, diretor-superintendente do Grupo COC



Estudantes de Jardinópolis usam apostilas do COC

Municipal de Ensino, também teve de montar um material específico para a rede pública. “Ele atende às necessidades das prefeituras, sendo o conteúdo pedagógico consonante com a Lei de Diretrizes e Bases”, afirma Marcia Pinheiro Carvalhinha, coordenadora do departamento de apoio pedagógico. “O material difere do das escolas particulares na sua estruturação e na quantidade de itens, não

perdendo nada em seu conteúdo pedagógico.” A adaptação do material reduziu quase pela metade o número de apostilas para a rede pública.

Presente em 14 municípios de São Paulo, o SOME visa levar em conta as particularidades de cada prefeitura. “Durante toda a parceria, vamos fazendo avaliações com visitas locais e por meio de questionários avaliativos enviados periodicamente às escolas e, se necessário, fazemos as correções àquela realidade.”

Também o Instituto de Estudos Técnicos, Pesquisas e Projetos para Desenvolvimento Econômico e Social (ITEC), uma organização não-governamental sediada em Campinas, produz e adapta seu conteúdo à realidade da cidade do aluno. “Não ficamos o tempo todo indicando links da internet para o aluno acessar, por exemplo, porque sabemos que a maioria de-

les não tem computador em casa. Temos de falar da realidade do estudante para que ele entenda o fato e não fique apenas decorando as matérias”, explica a presidente da ONG, Márcia Maria de Paula Souza. A entidade coloca à disposição das prefeituras os livros *O Bê-a-Bá do Brasil*, para a educação infantil, e o *Estuda Brasil*, para o ensino fundamental. “Fazemos a adaptação para as escolas de cada cidade inserindo, por exemplo, a história, a geografia e a cultura da região”, explica. Aliada ao conteúdo pedagógico, a ONG pretende lançar para 2006 uma ferramenta para facilitar o controle da Educação entre os diretores municipais. “Esse software de gestão escolar vai ajudar as secretarias a saberem, em tempo real, quando os alunos faltaram naquele dia, quantos professores estão nas salas de aula, quantas merendas foram servidas e muito mais”, garante Márcia. Trabalhando desde 2001 com o aluno da rede pública, o sistema

Objetivo

O que oferece:

Material didático, capacitação docente, encontros pedagógicos, plantões de dúvidas, reuniões locais e atendimentos pelo setor de apoio pedagógico, pessoalmente por telefone ou e-mail

Prefeituras de SP que adotam:

14

Preço por aluno/ano (média):

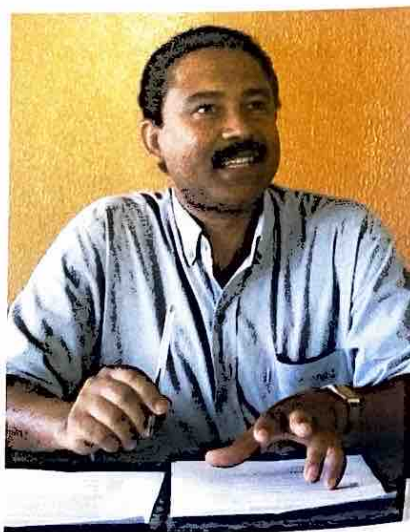
R\$ 174,00

Duração do contrato:

Um ano

Contato:

0800-7700189



Jorge Eurípedes da Silva,
secretário de Restinga

RODRIGO MATEUS/JORNAL DA FRANCA



Lucília Giacomini,
secretária de Cabreúva

de ensino Expoente – presente em 14 prefeituras paulistas – deixa a cargo da secretaria municipal a escolha pelo conteúdo regionalizado. “Normalmente, desenvolvemos

Prefeituras esperam colher resultados após o Saresp

apostilas com material específico para as disciplinas de História e Geografia, mas somente para o aluno estadual. Atualmente, também estamos sentindo uma demanda por parte de alguns municípios, como por exemplo a cidade de Ourinhos”, cita o diretor geral Armindo Angerer. Adotado também por Itapetininga e Itapeva, o Expoente produz apostilas para 66 mil alunos municipais paulistas. “O conteúdo das apostilas para o

aluno público é o mesmo dos alunos particulares. O que muda é a capa, que é customizada para cada prefeitura”, explica o diretor.

A Editora Opet também oferece materiais iguais independente do aluno. “O conteúdo e a linha teórica são os mesmos. O que muda no aprendizado são os recursos e a infra-estrutura oferecidos pela própria escola”, explica Célia Cúnico, da Editora Opet. A gerente de produtos, que também é pedagoga, demonstra indignação com as empresas que oferecem apostilas específicas para as escolas públicas: “Já existe uma diferença entre o aluno da rede pública e o da rede privada, que é o acesso restrito de informação, do apoio de jornais, revistas e cultura. O seu material de estudo não pode acompanhar isso”, diz.

Diante de grande oferta de conteúdos terceirizados oferecidos pelas empresas privadas, as prefeituras devem tomar alguns cui-

UNO

O que oferece:
Capacitação de professores, material didático, palestras com autores de literatura infantil, orientações metodológicas, sugestões de provas e banco de questões

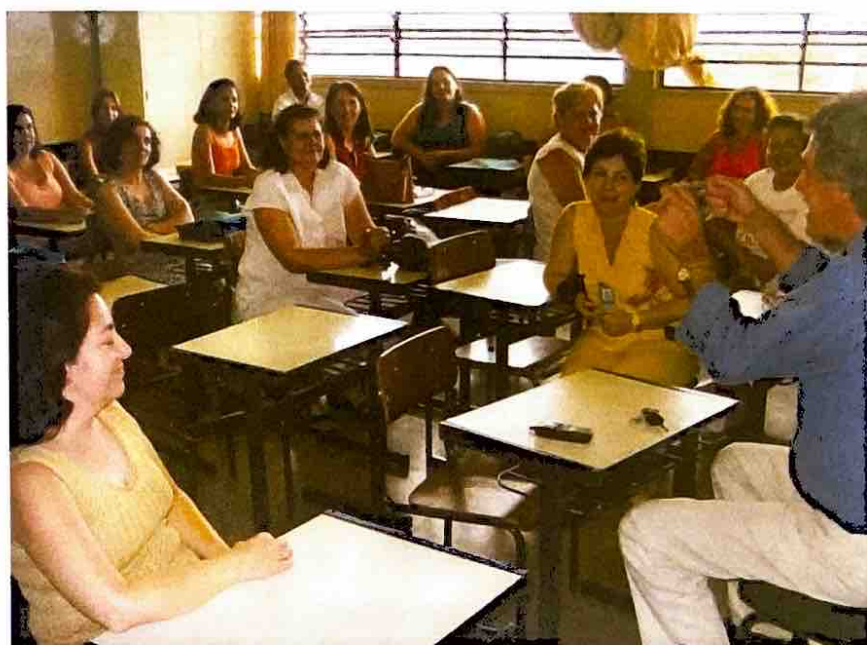
Prefeituras de SP que adotam:
Uma

Preço por aluno/ano (média):
O preço varia de acordo com o número de alunos

Duração do contrato:
Sugere adoção por quatro anos

Contato:
(11) 6090-1300

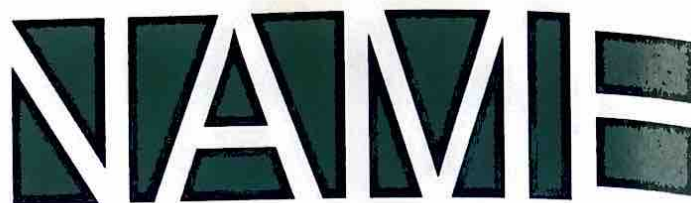
dados. Especialistas em educação garantem que as secretarias municipais não devem apostar todas as suas fichas nos sistemas de ensino como única medida para melhorar a qualidade de ensino das escolas públicas. Os materiais devem ser apenas complementos para as escolas; as secretarias municipais precisam elaborar um planejamento que inclua investimento em professores bem formados e coordenação pedagógica estruturada.



DIVULGAÇÃO/PREF. DE SANTA ROSA DO VITÓRIO

Santa Rosa: docentes são orientados sobre novo sistema

Educação de qualidade
para todos.



Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino

Há anos, a Editora COC analisou o ensino público e constatou que este ansiava por grandes modificações.

Partindo do princípio de que a educação de qualidade é direito de toda criança e adolescente, a Editora COC elaborou uma forma de usar todo o seu Sistema de Ensino para ser parceira nessas transformações. Assim nasceu o Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino – Name –, um projeto inovador na Educação Municipal.

O Name cresceu e hoje é considerado modelo no mercado. Com apenas 5 anos, está presente em 60 municípios, atingindo o surpreendente número de 100.000 alunos que têm acesso a essa educação diferenciada. Os resultados do projeto são excelentes, e todos os envolvidos, como a prefeitura, os professores e os alunos, sentiram a diferença.

Material Didático de qualidade

Os livros são ricamente ilustrados, coloridos e atualizados em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais, e as leituras complementares abrem espaço para a abordagem dos Temas Transversais.

Ao professor é entregue o CDA (Caderno Digital de Apoio), com conteúdo selecionado, que facilita as atividades com os alunos, despertando a atenção e proporcionando maior fixação dos conteúdos, além de agilizar o trabalho do professor.

Um material didático de qualidade, num projeto amplo e consistente, mudando o conceito de educação pública.



Treinamento constante

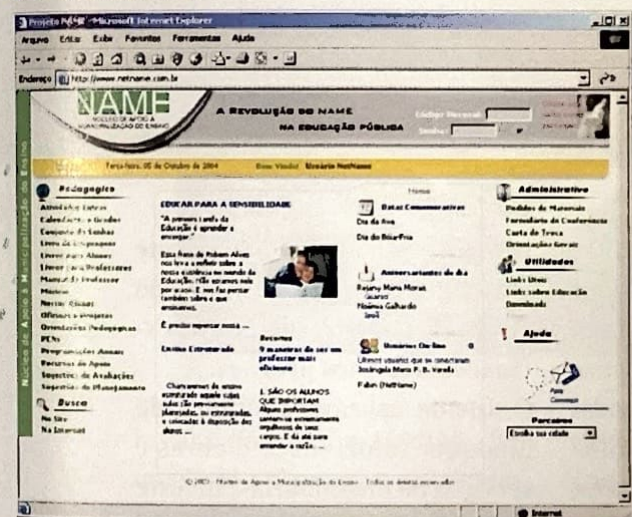
O acompanhamento do corpo docente é realizado com programas e oficinas de treinamento.

Há uma assessoria pedagógica que promove encontros e palestras que auxiliam o desenvolvimento de uma melhor didática e maior aproximação com o aluno.

O NAME trabalha caso a caso, auxiliando nas dificuldades que os professores encontram em sala de aula, além de orientar e acompanhar o desenvolvimento educacional nos municípios cobertos por ele.



NET NAME



O portal NET NAME (www.netname.com.br) foi desenvolvido com o intuito de facilitar a comunicação entre os parceiros do NAME e a Editora COC. Tem por objetivo dar suporte pedagógico ao trabalho dos administradores, diretores, coordenadores e professores, disponibilizando conteúdos aos usuários.

O processo didático e administrativo ganha inovação e agilidade num ambiente repleto de informações, 24 horas por dia.



Editora COC – Empreendimentos Culturais S/C Ltda.
Rua General Celso de Mello Rezende, 301– Tel.: (16) 603-9700
CEP 14095-270 – Lagoinha – Ribeirão Preto-SP – www.netname.com.br

Quem dá menos?

Redução de preços e maior acesso dos fornecedores às concorrências consagram o pregão e a Bolsa Eletrônica de Compras como ferramentas de transparência administrativa

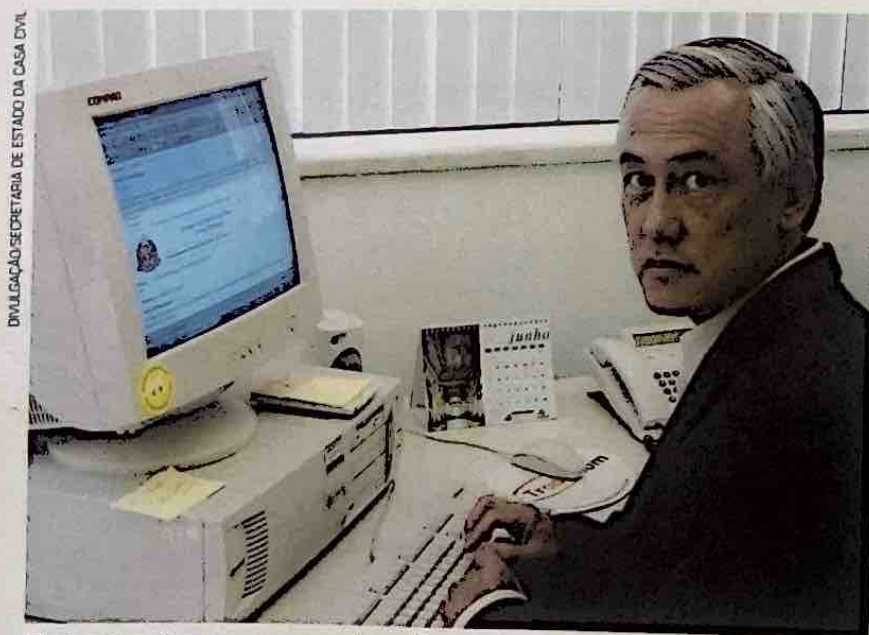
Duas ferramentas tão simples quanto poderosas foram responsáveis pela economia de nada menos que R\$ 1,7 bilhão nas compras feitas pelo governo do Estado de São Paulo. São elas: o pregão presencial e a Bolsa Eletrônica de Compras (BEC). Consagradas na gestão estadual,

as experiências bem sucedidas também estão à mão dos administradores municipais.

Desde 2003, o governo sistematiza os pregões presenciais, uma modalidade de licitação que simplifica as concorrências entre fornecedores, reduz drasticamente o questionamento judicial dos resultados e

preserva os cofres públicos – até o momento, cerca de R\$ 1,5 bilhão deixaram de ser gastos graças exclusivamente aos pregões.

O sistema, aplicável a compras de qualquer valor – exceto obras e serviços de engenharia –, inverte as etapas observadas nas concorrências tradicionais. Primeiro, o pregoeiro – uma nova carreira entre os servidores públicos – obtém dos ofertantes o menor preço. Eliminado um ritual burocrático, só a empresa vencedora apresenta documentos de habilitação. Até então todos os participantes tinham de fazê-lo, antes de entregar suas ofertas. Esta mudança viabiliza a escolha do vencedor em um dia – antes demorava até quatro meses. Se nenhuma empresa participante entrar com recurso, num prazo de dez dias o resultado sairá publicado no Diário Oficial. Caso haja contestação, o processo



Roberto Agune: capacitação de servidores é essencial

DIVULGAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



levará em média 15 dias. “De quase 23 mil pregões concluídos, pouquíssimos foram questionados na Justiça”, diz Roberto Agune, coordenador do Sistema Estratégico de Informação da Casa Civil do governo paulista.

Para garantir a qualidade dos bens e serviços contratados, todo pregão é monitorado por um grupo de técnicos que analisam laudos e amostras antes da abertura dos envelopes de preços, concedendo seu aval ou rejeitando a proposta. O pregoeiro, por sua vez, não se limita a acompanhar os lances e sacramentar um vencedor. Mesmo depois de consolidado o menor preço, cabe a ele pressionar por mais descontos. A economia resultante dessa diferença entre o

menor lance e o preço final negociado – mérito exclusivo dos pregoeiros – já soma mais de R\$ 340 mil, uma poupança extra de 4% a partir de valores já 15% menores do que os praticados pelo mercado. O Estado completou a formação de cerca de 3.500 pregoeiros, que passam por quatro módulos de treinamento até serem credenciados para a nova função. Segundo Agune, um diferencial importante da experiência paulista é a capacitação de servidores públicos. “O passo fundamental é educar recursos humanos que compreendam e tirem o máximo do sistema.”

Luis Roberto Thiesi é presidente da comissão de licitações e pregoeiro profissional em São José

do Rio Preto. “Aqui tem pregão todo santo dia”, conta. Em 2003 a prefeitura começou a utilizar os pregões presenciais para suas licitações, e, desde 2004, qualquer compra (com exceção dos proibidos materiais de engenharia) só pode ser realizada por meio de pregão.

Thiesi afirma que o interesse da prefeitura de Rio Preto pelos pregões é pela economia gerada. Em um ano e meio de funcionamento, R\$ 850 mil já foram poupados. O próximo passo, segundo o presidente da comissão, é levar à cidade o pregão eletrônico. “Já está decidido que vamos realizar, e deve ser ainda este ano”, afirma. O que falta? “Vamos agora fazer um pregão para definir que empresa

Depois de economizar com o pregão presencial, Oscar Gozzi (em pé), prefeito de Tarumã, implantou o pregão eletrônico



nos fornecerá o banco de dados para implantarmos o serviço. Será o pregão do pregão”, brinca.

No município de Tarumã, o pregão presencial é utilizado desde 2003, e o bom trabalho dos servidores, aliado ao sucesso nas aquisições, transformaram a cidade em modelo do governo estadual no quesito transparência. “Mas no começo fizemos tudo sozinhos”, conta Oscar Gozzi, prefeito da cidade. “O apoio do governo do Estado veio depois de um congresso da APM, em 2002, em que as prefeituras começaram a se organizar para implantar os pregões e pediram ajuda”, afirma.

Outra vantagem importante dos pregões é a descentralização de poder. “Eu não tenho tempo para acompanhar todos os processos de compra, e, com esse sistema, eu posso ficar tranquilo, porque as coisas caminham mais fácil”, diz Gozzi. Além disso, a economia que se faz é considerável. Um exemplo é a compra de leite para merenda escolar. Graças ao pregão, em 2004, a cidade registrou uma economia de R\$ 18.420, 32,3% menos do que havia sido cotado. Satisfeita com o que poupou, a prefeitura decidiu modernizar-

se e, no último dia 25 de março, foi realizado o primeiro pregão eletrônico de Tarumã.

Bolsa Eletrônica de Compras

Desde novembro de 2000, a BEC leva para os domínios da internet todo o ritual das concorrências. A diferença em relação aos pregões é que a BEC se presta a compras limitadas a R\$ 80 mil, no caso de licitação-convite, ou R\$ 8 mil, caso em que a legislação permite a dispensa de qualquer tipo de licitação. Pela BEC, quando precisam comprar itens como papel ou tinta para impressora, os entes públicos têm à disposição uma lista com 55 mil fornecedores cadastrados, que por sua vez são avisados da necessidade por e-mail. “Antes, o gestor pedia três orçamentos de fornecedores próximos, e pronto.

Agora, com um clique ele aciona centenas de empresas”, explica Agune. “Quando você amplia o universo de fornecedores competindo entre si, os preços caem naturalmente.”

De fato, os preços vêm caindo, e R\$ 260 milhões do dinheiro público já foram poupados em quatro anos e meio de funcionamento da bolsa eletrônica (24% na comparação com o mercado). E o mais interessante é que os fornecedores não lamentam. Para eles, o sistema também é vantajoso, porque reduz o custo de participação nas concorrências, diminui a burocracia e dá certeza de remuneração – algo raro em contratos com o setor público. A empresa vencedora tem cinco dias para entregar o produto e, em 30 dias, recebe o pagamento, garantido por um convênio com a Nossa Caixa.



Cerca de cem municípios paulistas estão implantando a BEC em convênio com o Estado. Destes, dez já fazem compras regulares pelo sistema. É preciso apenas aprovar a parceria na câmara de vereadores e preparar os servidores envolvidos, tarefa para a qual o governo estadual contribui, elaborando treinamentos de formação de pregoeiros e entregando à prefeitura um software que ensina o servidor, por exemplo, a abrir o pregão e formatar a ata de compra.

Qualidade e preço baixo

O desafio evidente é assegurar a boa procedência do que se com-

pra, uma vez que o preço menor é garantido pela sistemática da bolsa eletrônica. Especialmente no caso das compras de valor até R\$ 8 mil, em que tudo é decidido sem intervenção e moderação de peritos, corre-se o risco de contratar bens e serviços baratos mas inadequados. O problema, porém, está sendo gradativamente superado. “Estamos investindo agora na melhoria das especificações dos itens cadastrados no sistema, em convênios com institutos certificadores e no treinamento dos funcionários de almoxarifado, responsáveis pelo recebimento dos materiais”, diz Agune

Pelo sistema adotado atualmente nos pregões, por sua vez, os representantes das empresas interessadas devem estar presentes à sessão pública e formular lances verbalmente diante dos demais concorrentes. Para facilitar o cumprimento do ritual, o Sistema Estratégico de Informações, em parceria com a Sabesp e a Prodesp, desenvolveu um aplicativo chamado “Acompanhamento de Pregão Presencial”. O software, distribuído gratuitamente às prefeituras interessadas, serve como uma espécie de gabarito

pelos pregoeiros e pela equipe de apoio durante a sessão – e devidamente alimentado gera, inclusive, as atas das sessões. Mas a meta é, a exemplo da BEC, fazer tudo isso pela internet. No final de agosto, a Coordenadoria Geral de Administração (CGA), órgão pertencente à Secretaria de Estado da Fazenda, participou do primeiro pregão eletrônico estadual. Foram adquiridas 15 mil resmas de papel sulfite da Empresa Koraicho Mercantil Ltda.. A negociação, realizada pelo site www.bec.sp.gov.br, rendeu uma economia de 21%.

Inicialmente, apenas a Secretaria da Fazenda fará suas compras por meio do pregão eletrônico. Somente no prazo de cinco meses, o sistema deverá ser estendido aos demais órgãos da administração direta, autarquias e fundações estaduais.

Para mais informações, acesse:

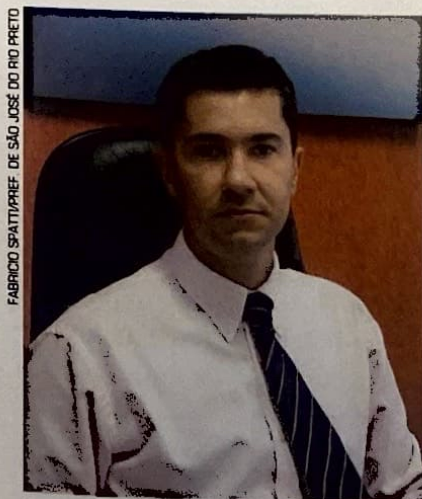
www.pregao.sp.gov.br

www.bec.sp.gov.br

www.e-negociospublicos.com.br

www.relogiodaeconomia.sp.gov.br

www.sancoes.sp.gov.br



Luis Thiesi, pregoeiro da prefeitura de S. J. Rio Preto

Presidente da APM, Celso Giglio, em cerimônia de abertura do congresso



FOTOS: ADALBERTO MARQUES

Pacto pela liberdade

Municipalistas se reúnem no 49º Congresso Estadual de Municípios, organizado pela APM, para exigir revisão dos repasses de recursos da União e do Estado

POR RACHEL BONINO

Os termômetros da cidade de Praia Grande registraram altas temperaturas na semana do 49º Congresso Estadual de Municípios, o maior já realizado pela APM. Entre os dias 11 e 16 de abril, prefeitos, vereadores e secretários municipais se reuniram para debater calorosamente a renovação dos compromissos com a luta municipalista. Com o tema "Campo e Cidade Rumo à Modernidade", o evento teve uma média de dois mil visitantes por dia, e mais de 300 prefeitos e 1.800 vereadores inscritos.

Diante de autoridades da União e do Estado, os gestores municipais relembrou as necessidades e pressões pelas quais as 645 cidades

paulistas passam com os parques repasses e orçamentos. "De tudo que se arrecada, o município fica com apenas 14%. É muito pouco,

De tudo que se arrecada, o município fica com apenas 14%, diz Giglio

uma vez que, hoje, a saúde e a educação, por exemplo, são municipalizadas", lembrou o presidente da APM, Celso Giglio. Para ele, a atual divisão de tarefas e recursos

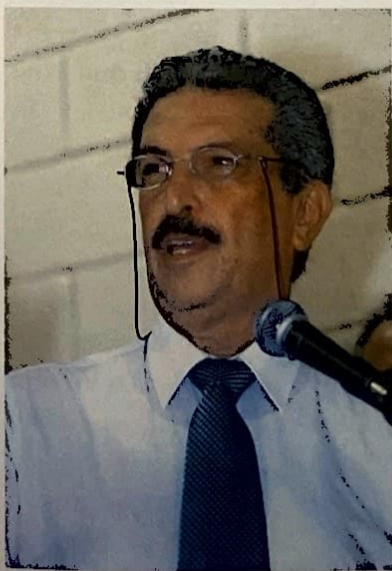
entre governo, estado e município parece obedecer à lógica inversa: "Parece que a regra é: quem faz mais fica com menos. É a lei de Gerson ao contrário, segundo a qual os municípios nunca levam vantagem."

A revisão do Pacto Federativo foi incitada como solução premente para tranquilizar os gestores municipais cansados de segurar o pires. "É preciso reforçar o discurso do óbvio na defesa dos municípios. Ele é mais importante que a federação e o estado. Por isso vou solicitar uma revisão constitucional sobre o papel dos municípios", prometeu o deputado federal Michel Temer, convidado para o congresso. Tido como o

responsável por tirar da gaveta o Estatuto das Cidades, o senador Romeu Tuma lembrou que o senado também deve ficar atento aos anseios dos administradores dos municípios: “Como membros do senado, temos que ter as portas abertas aos prefeitos”, disse.

Ao anfitrião do congresso, o prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão, coube um puxão de orelha nos políticos que mudam de comportamento ao se afastarem dos problemas de suas cidades: “Muitos deixam o cargo de vereador ou de prefeito para assumir cargos de deputado ou senador e se distanciam dos problemas municipais. Ser municipalista é acreditar que o problema de uma nação se resolve no solo municipal”, afirmou.

A idéia de que o poder do executivo federal é mais forte do que o municipal foi refutada pelo presidente do PMDB-SP, Orestes Quércia. O ex-presidente da APM citou os Estados Unidos como exemplo



Tuma: “Senado deve ter as portas abertas aos prefeitos”

de país que entendeu que as responsabilidades locais são também federais, e que a legislação firme é garantia para as cidades. “Lá, o município cuida de tudo, até da parte de segurança. Isso por meio de uma caracterização legislativa, que dá condição à cidade de ser forte, de poder sustentar suas responsabilidades”, afirmou.

Carta de Praia Grande

Sufocados pelas pressões da administração da máquina pública, os prefeitos paulistas viram no conteúdo da Carta de Praia Grande a chance de poder gritar. O documento assinado pelo

**Para Mourão,
problema
da nação se
resolve no solo
municipal**

presidente da APM, Celso Giglio, solicitou mudanças urgentes do Pacto Federativo. Entregue ao governador do Estado, Geraldo Alckmin, na cerimônia de encerramento do congresso, a Carta será agora encaminhada às instâncias superiores da União.

Da lista de reivindicações feitas, a elevação do índice do Fundo de Participação dos Municípios aparece como primeiro item para debate. O pedido é por um aumento de 22,5% para 23,5% do índice. “Pode parecer pouco, mas significará razoável alento para as



Quércia: “Responsabilidades locais também são federais”

finanças de 90% dos municípios desta Nação”, afirma a Carta que, em repúdio ao atual projeto de Reforma Tributária articulado desde 1995, a chama de “verdadeira farsa”.

Na área da educação, a mudança do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) para o Fundeb (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico) só será aceita pelos municípios caso na proposta de emenda constitucional “esteja claramente firmada a obrigação da União de repassar no mínimo 10% do montante de recursos de cada Fundo Estadual”. O pedido também foi defendido pelo secretário de Estado da Educação, Gabriel Chalita. “Sem esse percentual, nova legislação será um retrocesso”, disse. A vigência da atual legislação da educação termina em outubro deste ano, daí a importância de sua discussão. A Carta lembrou aos prefeitos ainda a importância e necessidade do planejamento do Plano Diretor,

projeto de organização urbanística para definir um crescimento ordenado das cidades. Até outubro de 2006, todos os municípios paulistas terão que entregar obrigatoriamente o seu projeto – ou a revisão do mesmo –, conforme determinação prevista pela Constituição Estadual.

Balanço

Apesar de colocar à luz o cenário intranquilo nas administrações das cidades brasileiras, o Congresso Estadual de Municípios também apresentou soluções para os prefeitos e vereadores presentes. Representantes dos institutos de pesquisa e de planejamento de instâncias federal e estadual demonstraram produtos e se colocaram à disposição dos gestores para tirar as dúvidas. “Usem a Secretaria como assessoria gratuita. Existem profissionais capacitados para orientar na execução de projetos municipais.” O convite do secretário de Estado da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, foi exausti-



José Aníbal: “Devemos atuar em rede”



Alckmin recebe de Celso Giglio (à esq.) a Carta de Praia Grande. À direita, o prefeito anfitrião, Alberto Mourão

Carta de Praia Grande pede revisão do pacto federativo

vamente repetido pelos outros 10 secretários do Governo do Estado que compareceram ao evento. E os pedidos de cobrança – tônica do congresso – não ficaram restritos à fala dos prefeitos e vereadores: “Mandem seus ofícios”, intimou a então secretária de Estado da Cultura, Cláudia Costin, após anunciar a abertura, em maio, de programa estadual de revitalização de bibliotecas. O secretário de Estado da Habitação, Emanuel Fernandes, também deu seu recado: “Prefeitos devem procurar a CDHU”, convo-

cando os gestores para participarem do programa Pro-Lar.

Os secretários exercitaram assim o relacionamento entre estado e município. O congresso também aproximou prefeitos vizinhos e distantes e semeou a discussão local para a criação de futuros consórcios e de parcerias entre municípios e iniciativa privada. “O poder municipal ainda tem uma postura concorrencial. Devemos atuar em rede”, aconselhou José Aníbal, líder do Governo na Câmara Municipal de São Paulo. É para trabalhar em conjunto e pedir espaço e recursos aos municípios que a Associação Paulista de Municípios todo ano elege uma semana do calendário dos gestores municipais. Durante seis dias, prefeitos e vereadores renovam suas forças e estreitam laços para continuar a travar a luta árdua e diária pela causa municipalista.



49º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

11 a 16 de abril de 2005 - Centro de Convenções
PRAIA GRANDE

CARTA DE PRAIA GRANDE

Reunidos no Centro de Convenções de Praia Grande-SP, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais municipalistas de todo o Brasil, em seu 49º Congresso Estadual, promovido pela Associação Paulista de Municípios – APM e pelo Município de Praia Grande, APROVARAM esta Carta de Praia Grande, à qual está incorporada a síntese dos painéis temáticos que integraram a pauta do evento, bem como as propostas aprovadas nas sessões plenárias.

O tema deste Congresso, “Campo e Cidade Rumo à Modernidade”, foi escolhido com inegável propriedade para lembrar que campo e cidade são partes indissociáveis de um todo chamado Município.

Confirma essa assertiva o Estatuto da Cidade quando se refere ao Plano Diretor como instrumento que deve atingir a totalidade do território municipal.

Aliás, é chegado o momento de os Municípios Paulistas que não iniciaram o processo de planejamento, que gerará o Plano Diretor, darem início a tal processo, lembrando que o Plano Diretor deve estar elaborado até outubro de 2006.

É de se lembrar que todos os Municípios Paulistas, independentemente do número de habitantes, devem ter o seu respectivo Plano Diretor, conforme obriga a Constituição do Estado de São Paulo

Os Municípios não aceitam a continuidade da verdadeira farsa que, desde 1995, vem sendo chamada de Reforma Tributária. A União e os Estados não se entendem, e os Municípios sofrem as consequências. É preciso dar um basta! É imprescindível que a Câmara dos Deputados aprove a proposta de Emenda Constitucional que eleva o FPM de 22,5% para 23,5%. Pode parecer pouco, mas significará razoável alento para as finanças de 90% dos Municípios desta Nação.

Os Municípios também não vão concordar com a mudança do Fundef para o Fundeb sem que, na proposta de Emenda Constitucional, esteja claramente firmada a obrigação da União de repassar para aquele Fundo a ser criado, no mínimo, 10% do montante de recursos de cada Fundo Estadual.

Finalmente, os Municípios pleiteiam a revisão imediata dos pífios valores da tabela SUS, tornando-os compatíveis com a realidade do custo dos serviços e procedimentos, e, ainda, a desoneração tributária dos insumos que compõem os custos das tarifas de transportes coletivos urbanos, para diminuir o sacrifício da população que depende desses serviços.

Praia Grande, 16 de abril de 2005.

CELSO GIGLIO

Presidente da Associação Paulista de Municípios – APM



Ex-vereador
Agenor Pereira (à dir.)
é cumprimentado por
Alckmin e Giglio



A história viva dos congressos

"No período da ditadura tínhamos medo de ler as propostas nas plenárias." Agenor Pereira, ex-vereador de Poá, inaugura a seção criada para comemorar os 50 anos do Congresso Estadual de Municípios

A tirador de frases de efeito, Agenor Pereira se vale de uma delas para explicar a essência do Congresso Estadual de Municípios: "É da discussão que nasce a luz." O ex-vereador de Poá por dois mandatos participou ao todo de 27 edições do evento. Apesar de algumas datas e cenas fugirem à memória, Agenor guarda boas recordações do tempo em que subia mais de uma vez ao púlpito para explanar. "Existia uma rotina de até três 'pinga-fogos' por dia", lembra. Aliás, foi nas plenárias que Agenor se tornou conhecido entre os municipalistas. Das propostas que sugeriu à coordenação de trabalhos dos congressos, ele se recorda com orgulho de uma em especial: "Propus um programa que incentivasse a criação de coelhos por famílias carentes. Depois de aprovado em plenária, levei o projeto ao ministro da Agricultura da época", conta.

Mesmo com a liberdade de expressão apoiada pela APM em

todos os congressos, Agenor lembra que empunhar um microfone diante uma platéia variada já representou riscos para os oradores: "No período da ditadura, tínhamos medo de ler as propostas na plenária. Sempre havia gente do governo infiltrada nos auditórios",

**Em 2006, a
APM realizará o
50º Congresso
Estadual de
Municípios**

conta. Nessa época, alguns de seus colegas se valiam de discursos recheados de metáforas para criticar a cena política e colocar em debate teses desalinhadas com a política federal. Mesmo com as restrições daquela época, projetos importantes da legislação estadual e municipal, como a discussão

do projeto da Lei Orgânica do Município, foram discutidos. "A proposta queria adotar um projeto padrão para qualquer cidade, sem adaptações. O projeto inicial foi rejeitado e discutido em muitos congressos", disse.

Afastado das últimas edições do congresso, Agenor recebeu o convite da diretoria da APM para comparecer ao encontro neste ano. O ex-feirante deixou a venda de bebidas e balas que tem em Poá nas mãos da filha e da neta para viajar até Praia Grande. Na semana de participações diárias nos "pinga-fogos", Agenor reviveu a dinâmica e o calor dos debates municipais. A surpresa, no entanto, ficou para a cerimônia de encerramento, quando foi homenageado pela diretoria e recebeu o aperto de mão do governador do Estado, Geraldo Alckmin. "Fiquei bem acanhado, mas não troco a homenagem que recebi por nenhum prêmio de loteria", comentou.

Casa nova

Inauguração da nova sede da APM contou com as presenças do governador Geraldo Alckmin e de autoridades estaduais e municipais



Presidente da APM, Celso Giglio, e governador, Geraldo Alckmin, desatam fita na inauguração da nova sede

"A APM é o coração do municipalismo, por isso ela deve estar no coração de São Paulo." Com essas palavras, o governador Geraldo Alckmin oficializou a inauguração da nova sede da Associação Paulista de Municípios localizada na Avenida São Luís, no centro da cidade, em julho. A antiga sede da entidade ficava na Avenida Rebouças. Autoridades estaduais, regionais, municipais participaram da cerimônia que apresentou os novos espaços da APM. Na ocasião também foi apresentada a Galeria de Presidentes, que reúne retratos de oito ex-prefeitos e vereadores que dirigiram a entidade desde a sua fundação

Mais ampla, a nova sede terá dois novos espaços: a biblioteca, que reúne títulos sobre gestão municipal, e o departamento jurídico, que prestará assessoria aos prefeitos paulistas e contará com a assistência de três técnicos. Para obter mais informações sobre os novos espaços, ligue no novo telefone da APM: (11) 2165-9999



Celso Giglio descerra placa da entidade na presença do governador Geraldo Alckmin



Ex-presidente da APM, Lincoln Magalhães, e esposa Silvia (à esq.) e Alckmin



Diretor Carlos Cruz (à esq.) anuncia entrega de placa da APM ao governador



Dalva Christofolletti (à esq.) e Alda Marco Antônio, representante de Orestes Quêrcia



Diretor Antônio César Simão (à esq.) e vice-presidente Marcos Monti



Após cerimônia, a entidade apresentou a galeria de homenagem aos ex-presidentes

FOTOS: RENALDO VAZ

Dinamismo paulista

Pesquisa do PIB municipal mostra a força da indústria e do setor de serviços na capital e na região metropolitana

STEFERSON FARRA/PETROBRAS



Refinaria da Petrobras localizada na cidade de Paulínia

A despeito do movimento do processo de guerra fiscal, ocorrido desde o início dos anos 90, o Estado de São Paulo ainda concentra a maior parcela da atividade industrial do País. Essa é uma das principais conclusões da pesquisa sobre o PIB (Produto Interno Bruto) dos 5.560 municípios brasileiros, divulgada pelo IBGE no início de março. Com relação à concentração industrial, merece destaque o fato de que apenas nove municípios concentram 25% das específicas atividades do País e sete localizam-se na Região Sudeste. Os dados da pesquisa são referentes ao ano de 2002.

Destaca-se a forte concentração da atividade industrial na região metropolitana de São Paulo, e o setor de serviços apresenta o mesmo comportamento. Esse fato permite perceber que na verdade o setor de serviços apresenta dinamismo principalmente em decorrência do desenvolvimento industrial. No entanto, além da região metropolitana destaca-se a forte presença da atividade nos municípios localizados no entorno metropolitano, favorecidos pela estrutura logística da região.

Outras regiões importantes do Estado com forte presença de atividade industrial são os municípios considerados pólos regionais. São eles: São José dos Campos, Campinas, Jundiaí, Sorocaba, Paulínia, Cubatão, Ribeirão Preto, Santos e Piracicaba. Todos se localizam fora da região metropolitana e se encontravam em 2002 no ranking dos 50 maiores PIBs do País.

É importante destacar que na cidade de São Paulo ocorreu um significativo crescimento da atividade industrial no intervalo 1999-2002. Esses números indicam que na verdade existem vantagens que fazem com que a cidade apresente esse comportamento. Vantagens no âmbito da distribuição da produção, acesso aos mercados de renda mais elevada, além de mão-de-obra qualificada, fazem com que as empresas ainda permaneçam em São Paulo. Importante destacar que em toda a região metropolitana tem-se a presença de grandes indústrias dos setores mais dinâmicos da economia do País, principalmente nos segmentos metal, mecânico, metalúrgico, químico, farmacêutico, automobilístico e de autopeças. Desse modo, percebe-se que o dinamismo da economia no Estado está localizado em cidades que se tornaram pólos de desenvolvimento regional e de atração de investimentos, principalmente favorecidas pela estrutura logística. Percebe-se que todas essas cidades são atravessadas pelas principais rodovias do Estado e no caso de Santos e Cubatão a existência do porto para escoar as exportações é um diferencial importante. Nesse

sentido merece destaque São José dos Campos, com a presença da Embraer, e a região de Campinas, com empresas de alta tecnologia e importante centro de pesquisas. No tocante à atividade agropecuária, destacou-se a importância dessa

**Nove cidades
da Região
Sudeste
concentram
25% do PIB**

atividade e um forte crescimento da agricultura dos municípios paulistas. Vale ressaltar que, em 2002, 14 municípios concentravam 5% de todo o valor adicionado da agropecuária; os sete primeiros estavam

localizados em São Paulo. Em 2002, os maiores valores adicionados da atividade agropecuária dos municípios do Estado, na sequência, foram: Itápolis; Mogi-Guaçu, Casa Branca, Itapetininga, Bebedouro, Barretos, Olímpia, além de Tambaú, Limeira e Pirassununga que se destacaram pela forte participação da laranja.

PIB per capita

No ano de 2002 os municípios de Paulínia e de Luís Antônio correspondiam respectivamente ao 8º e ao 9º PIB *per capita* do País. O primeiro favorecido pela presença da maior refinaria brasileira, a Petrobras, e pelo crescimento desse segmento e o segundo devido à presença de atividades econômicas importantes como usina de álcool e açúcar e indústria de papel e celulose, em contraste com uma pequena popu-

Posição ocupada pelos 15 maiores PIBs per capita e o respectivo PIB Estado de São Paulo - 2002

Posição	Município	PIB Per capita (R\$)	PIB (em 1.000 R\$)
1ª	Paulínia	85 504	4 747 272
2ª	Luís Antônio	77 937	587 569
3ª	Ouroeste	54 533	364 064
4ª	Onda Verde	50 006	179 073
5ª	Colômbia	47 441	291 617
6ª	Cordeirópolis	46 840	881 108
7ª	Motuca	45 987	185 559
8ª	Gavião Peixoto	43 874	179 929
9ª	Altair	42 868	154 884
10ª	Sandovalina	42 807	140 664
11ª	Bebedouro	42 560	3 270 257
12ª	Taciba	40 585	217 373
13ª	Cubatão	40 337	4 567 617
14ª	Jaguariúna	39 640	1 252 992
15ª	Louveira	39 365	1 027 272

Fonte: IBGE - PIB dos Municípios.

lação de 7.539 habitantes.

Na divulgação dos dados relativos à concentração de renda utilizou-se do indicador renda *per capita* municipal. O índice é obtido a partir da divisão do PIB da região pela população residente. E merece ser observado com bastante cuidado, aspecto inclusive enfatizado na publicação. Em alguns municípios, muitos dos trabalhadores da cidade na qual ocorre a atividade produtiva não residem no local mas em suas imediações. Desse modo, há um deslocamento populacional com pressão sobre o mercado de

trabalho e também na utilização de equipamentos sociais no município mais dinâmico.

Com relação à apresentação das informações, é importante destacar que os dados estão apresentados em valores nominais, ou seja, para uma aproximação da evolução do PIB real dos municípios é necessário que se aplique um deflator para o período que será objeto de análise.

No âmbito do planejamento e da administração pública, esse conjunto de informações se apresenta como um importante instrumento de gestão municipal. A partir da

observação dos resultados pode-se realizar um acompanhamento da evolução da economia regional, averiguando quais as regiões que se destacaram no tocante à capacidade de atrair novos investimentos e também verificar a vocação de cada região. É verdade que existem localidades que já se beneficiaram no passado, com a instalação de infra-estrutura, principalmente as que estão próximas das principais rodovias do Estado; estas apresentam vantagens significativas.

Desse modo, as estratégias de planejamento econômico e políticas de

**Cálculo do
PIB foi feito a
partir do valor
adicionado das
atividades**

atração de investimentos podem se pautar pela análise das cadeias produtivas que teriam potencial para deslocarem-se para essas regiões. A partir da evolução das atividades nos setores da Indústria, Serviços e Agropecuária, tem-se a possibilidade de comparar a evolução da arrecadação fiscal em relação ao dinamismo das atividades desenvolvidas nos municípios. Ou seja, a carga tributária local tenderia a acompanhar o crescimento ou a retração econômica, salvo situações de isenção ou alterações na estrutura tributária.

Desta forma, o PIB municipal é uma nova ferramenta de acompanha-

ANDERSON BIANCHI/PREFEITURA DE SANTOS



Porto de Santos coloca cidade entre os 50 PIBs do País

Posição ocupada pelos 20 maiores PIBs do Estado de São Paulo - 2002

Posição	Município	PIB (em 1.000 R\$)
1ª	São Paulo	140 066 059
2ª	Guarulhos	13 927 099
3ª	São José dos Campos	13 600 684
4ª	São Bernardo do Campo	11 362 097
5ª	Campinas	10 820 585
6ª	Santo André	7 710 778
7ª	Barueri	7 543 126
8ª	Jundiaí	6 000 133
9ª	Osasco	5 653 397
10ª	Sorocaba	4 834 104
11ª	Paulínia	4 747 272
12ª	Cubatão	4 567 617
13ª	Diadema	4 402 314
14ª	Ribeirão Preto	4 062 181
15ª	Santos	4 054 114
16ª	Piracicaba	3 949 570
17ª	Mauá	3 851 881
18ª	Taubaté	3 650 235
19ª	Suzano	3 441 982
20ª	Bebedouro	3 270 257

Fonte: IBGE – PIB dos Municípios.

mento das atividades econômicas, não apenas de um determinado município mas de todos os municípios do Brasil. Tais informações permitem o conhecimento das economias estaduais e a desagregação setorial e regional do PIB nacional.

Sobre a pesquisa

O cálculo do PIB dos municípios foi realizado a partir do valor adicionado das atividades econômicas presentes nessas localidades, nos setores da Indústria, Serviços e Agropecuária. Ressalte-se que, análogo ao PIB do País, o cálculo em âmbito local vale-se da utilização do conceito do valor adicionado, que consiste em apurar o valor da produção das

atividades econômicas, subtraindo-se o consumo intermediário e o *dummy* financeiro, e acrescentando o valor dos impostos sobre os produtos.

Para a realização do cálculo em âmbito municipal, a instituição calculou a repartição do valor adicionado das atividades econômicas dos estados pelos seus municípios. Ao final das operações foram obtidas, por atividade econômica, as estimativas do valor adicionado da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, por município, em valores correntes. Para a obtenção do valor do PIB por município procedeu-se à dedução do *dummy* financeiro (diferencial entre os juros recebidos e os pagos) e acrescentou-se o valor

dos impostos sobre produtos.

Uma das ênfases na apresentação do estudo esteve localizada na percepção do grau de concentração de renda no País no âmbito regional. É verdade que esse processo já era de conhecimento de muitos pesquisadores. Além disso, a síntese dos Indicadores Sociais do IBGE aponta que são profundas as diferenças regionais. Mas a grande contribuição do estudo foi localizar com precisão quais as regiões mais dinâmicas, de que modo se configura a concentração de renda e principalmente a distribuição setorial das atividades econômicas. O projeto do PIB municipal cobre uma grande lacuna que existia no tocante a informações sócioeconômicas nesse nível de agregação. Vários setores da sociedade, principalmente universidades e instituições de pesquisas, aguardavam ansiosamente por esses dados, uma vez que o conjunto de informações mais próximo desse indicador era o PIB municipal, disponibilizado pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, cuja série se encerrava no ano de 1996, guardadas as significativas diferenças de caráter metodológico.

Todas as informações podem ser acessadas na página: www.ibge.gov.br

Procure o IBGE pelos vários canais de atendimento – espalhados por cem unidades no Estado de São Paulo –, o nosso setor de Documentação e Disseminação de Informações e a nossa sede estadual, os últimos sediados à Rua Urussuí, 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP. Também anote os telefones: (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Prefeitos do Litoral Sul defendem consórcio hospitalar

Com o projeto estrutural do traço, os representantes dos quatro municípios da região perambulam as instituições estaduais e federais para viabilizar o consórcio que unirá os hospitais de Praia Grande, Mongaguá, Ilhabela (que está fechado) e o de Peruíbe, numa gestão única sob a responsabilidade da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Com o nome provisório de Consórcio Intermunicipal de Saúde - Litoral Sul

(CIS), o projeto deve ter um custo mensal de R\$ 5 milhões, a serem financiados pelos municípios, Governo do Estado e União. A cota dos municípios será dividida proporcionalmente ao tamanho da população de cada cidade. A meta é que os prefeitos repassem 100% do Teto SLS para o consórcio. "A contrapartida das outras duas esferas é a viabilização de 400 leitos na região", explica Alberto Mourão, prefeito de Praia Grande.



Prefeitos em reunião com secretário de Estado da Saúde (à dir.)

Itanhaém dá início às obras de reurbanização do centro histórico

Orcado em R\$ 1.293.442,21, provenientes do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estruturas (Dade), o Projeto de Reurbanização do Centro Histórico de Itanhaém é coordenado pela Secretaria de Serviços e Urbanização. As obras realizadas na Ladeira e nas praças Carlos Botelho e Narciso de Andrade, onde estão localizadas a

Igreja Matriz de Sant'Anna e a Casa de Câmara e Cadeia, incluem os serviços de troca de pavimentação e iluminação ornamental, reurbanização das praças, criação de pontos de taxi, construção de guias e sarjetas, sanitários públicos e palco para apresentações. A previsão de término das obras é de quatro meses.

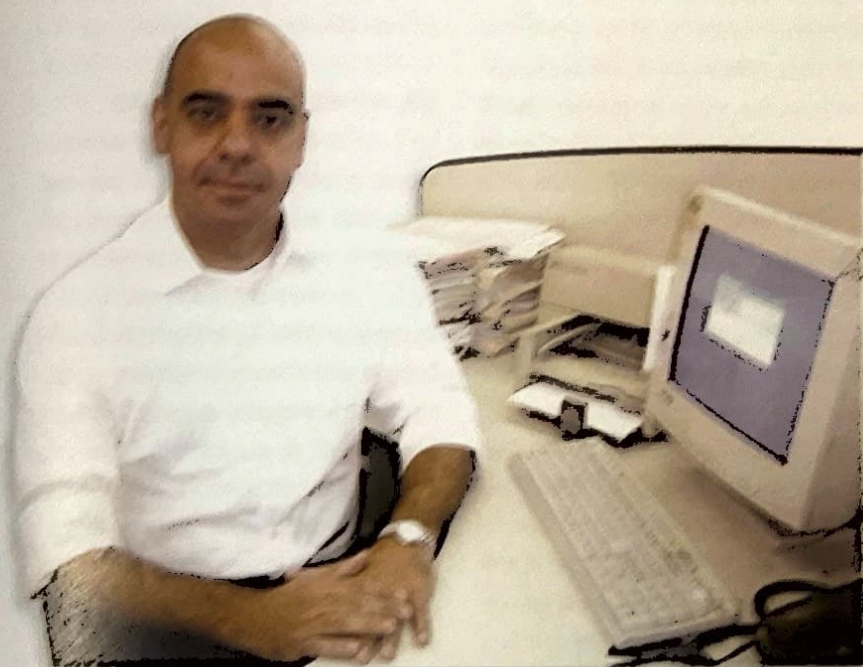


Obras incluem serviços de troca da pavimentação e iluminação

Câmara de São Paulo aprova mudança no ISS

Pela lei aprovada, a partir do próximo ano todos os prestadores de serviço que atuam na cidade de São Paulo recolherão o ISS (Imposto Sobre Serviço) para a prefeitura paulistana. Para isso, todos serão inscritos num cadastro municipal. Se o prestador não recolher o imposto, a importância será cobrada do beneficiário do serviço. A iniciativa visa acabar com as fraudes cometidas por empresas que prestam serviço na capital, mas mantêm sedes no interior ou na Grande São Paulo, para recolher um imposto menor. "A nova lei corrige uma injustiça com a cidade, combate a sonegação e doa a prefeitura de recursos para a realização de projetos sociais e de infraestrutura", ressaltou o vereador José Antônio, autor do substitutivo.

Da rescisão por acontecimentos alheios à vontade das partes



César Augusto Margato assina último artigo sobre o tema

Contratados pela administração pública podem exigir rescisão contratual, bem como a parte contratante desde que haja motivos consistentes para isso

O inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 contempla a hipótese de rescisão por acontecimentos exteriores ao contrato, alheios à vontade das partes. São as ocorrências de caso fortuito ou força maior. Como ensina o professor Crestella Jr., no caso fortuito, há um "evento ou acidente, determinado por causa desconhecida e que pode refletir-se no equilíbrio ou equação financeira do contrato. No caso fortuito há sempre o acidente que produz o dano."

Para Hely Lopes Meirelles, o caso fortuito é sempre advento da natureza e, "é a impossibilidade total criada pelo fato da natureza que exige o contratado de

cumprir suas obrigações". No caso de força maior, afirma Hely Lopes Meirelles, em sua conceituação obra sobre licitação, que "é sempre o evento humano que por sua imprevisibilidade e inevitabilidade cria para o contratado óbice intransponível na execução contratual."

Na ocorrência de força maior ou caso fortuito, qualquer das partes poderá alegá-los para possível rescisão do pactado.

Poderá, então, o contratado ir a juízo a fim de pedir a rescisão e alegar o desbalançamento da equação econômico-financeira, representada pelo fato do princípio, pela imprevisão (alea

extraordinária) ou, ainda, pela sujeição a fatos imprevisíveis.

A equação econômico-financeira do contrato caracteriza-se pelo equilíbrio entre as obrigações assumidas. Esta é a comutatividade do contrato.

A ideia de respeito ao equilíbrio construído pelas partes no contrato administrativo é pacífica, não sendo, pois, de estranhar que, para assegurá-lo, hajam sido concebidas, difundidas e generalizadas doutrinas, tanto a teoria da imprevisão quanto ao do fato do princípio, como veremos adiante.

Ambas assentam-se na ideia de que as obrigações contratuais não de ser en-

A equação do contrato é caracterizada pelo equilíbrio das obrigações

tendidas em função das circunstâncias à luz das quais se travou o ajuste e que a ocorrência de eventos supervenientes não pode ser causa justa de sacrifício para uma das partes.

Alterada a equação econômico-financeira do contrato não tergiversam doutrina e jurisprudência no sentido de que ou a Administração deve recompô-la, ou o contratado poderá pedir rescisão.

Deve-se fazer, inicialmente, distinção entre reajuste e recomposição da equação econômico-financeira.

O reajuste configura-se em previsão inicial de custos a maior. A obra, v.g., é estimada em determinado valor, devendo incidir sobre essa quantia percentuais corretivos de inflação. O quantum debeatur não é alterado. Conserva-se íntegro, pelo reajuste.

Daí que o reajuste não virá recompor a equação econômico-financeira quando desbalanceada por situações anômalas. Há, tão-somente, previsão da perda de valor da moeda.

Os reajustes contratuais surgiram exatamente do princípio da manutenção da equação financeira do contrato, ao longo de todo o prazo de sua execução. Não se cogitava de situações anômalas, mas na preservação do status inicial, passível de se modificar por força da inflação.

Diferem, pois, reajuste e revisão de preço. Esta, a revisão de preço, será utilizada para resolver problemas referentes à

recomposição do equilíbrio financeiro resultantes não do aumento normal de custos pela desvalorização da moeda.

Para deslinde dessa matéria deve-se recordar a contraposição entre o *pacta sunt servanda* e a cláusula *rebus sic stantibus*.

A idéia básica de que as obrigações têm de ser entendidas em correlação com o estado de coisas ao tempo em que se contratou, longe está de ser construção moderna. Sua origem remonta ao medievo e se estratificou na pressuposição de uma cláusula implícita nos contratos: a cláusula "*rebus sic stantibus*."

A esmagadora maioria dos doutrinadores filia sua origem nas lições de GRACIANO, SANTO TOMÁS DE AQUINO e sobretudo na célebre fórmula atribuída a BARTOLO: "*contractus qui habent tractum suorum et dependentiam de futuro rebus sic stantibus intelligitur*."

A cláusula surgiu em contraposição às durezas do "*pacta sunt servanda*" do direito romano e que ressurgiu, em nosso tempo, sob as vestes da teoria da imprevisão.

O amparo à justa remuneração, no que concerne à concessão de serviço público, encontra-se, até mesmo, previsto na Constituição Federal.

Dispõe o art. 175, parágrafo único, III, do texto constitucional: "Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. Parágrafo único. A lei disporá sobre: (...); II – política tarifária; (...)."

Portanto, verifica-se ser ampla a proteção constitucional visando assegurar ao concessionário de serviço público tarifa consentânea com a justa retribuição do capital despendido.

A previsão constitucional é absoluta no

sentido de assegurar ao concessionário de serviço público a constância da equação econômico-financeira ao longo da vigência do contrato.

A tônica do dispositivo constitucional está na preservação de valor importante: a continuidade do serviço público nos moldes concedidos; sem deteriorações ou eventuais paralisações decorrentes de insuficiência de numerário.

DA TEORIA DA IMPREVISÃO

Na França, pátria do direito administrativo, a teoria da imprevisão irrompe justamente para acudir problemas com contratos travados pela Administração Pública, já no começo do século XX.

Também no Brasil foi amplamente agasalhada na esfera do direito administrativo e há, inclusive, acordãos antigos, atestando a longevidade de sua acolhida. Citem-se, e.g., os publicações na RDA 52/202 e 82/217, assim como decisões recentes, demonstrativas de sua atualidade (como o acórdão do TRF, publicado na RDA 163/248). Também se encontram decisões muito antigas nesse sentido proferidas no âmbito da própria Administração (RDA 2812, 5/277, 10/284, 25/357, 73/359), tal como na órbita do Tribunal de Contas (RDA 11/231 e 13/266).

A teoria da imprevisão defende o equilíbrio contratual em face de agravos econômicos acarretados por fatos imprevisíveis produzidos por forças alheias às pessoas contratantes e que convulsionam gravemente a economia do contrato. Seria o caso, por exemplo, de acentuada elevação do preço de matérias-primas, causada por desequilíbrios de qualquer ordem.

O administrativista francês Francis-Paul Bénéit distingue a teoria da imprevisão em três modalidades: o fato do príncipe, a sujeição a fatos imprevisíveis e a álea extraordinária;

Do “FATO DO PRÍNCIPE”

Divergem os autores na conceituação do fato do príncipe. Enquanto alguns se referem a esta figura conceitual como relativa a fatos provocados pela Administração Pública, qualquer que esta seja, com repercussões no contrato, outros entendem que o fato do príncipe diz respeito somente a atos administrativos (lato sensu) da mesma autoridade contratante no exercício de outra competência, e não daquela diretamente referida ao contrato.

Tais atos administrativos, embora não imediatamente ligados aos contratos, neles repercutiriam de tal forma que chegariam a abalar a equação financeira.

Marienhoff dizia não compartilhar da opinião dos que fazem a distinção acima exposta, porque a julgava vaga de sentido lógico.

Consoante o administrativista, a responsabilidade estatal é a mesma, quer seja provocada pela mesma autoridade – a contratante –, quer seja por outra.

E especialmente porque não acata a distinção das duas áleas – a econômica (teoria da imprevisão, aqui chamada de álea extraordinária) e a administrativa.

DA SUJEIÇÃO A

FATOS IMPREVISTOS

Fatos imprevistos são todos aqueles que por ocasião da pactuação do contrato eram ignorados pelas partes, por ab-

soluta impossibilidade de prevê-los ou conhecê-los.

Todavia, a imprevisibilidade das partes com relação a fatos facilmente previsíveis, somente imprevistos por sua incúria ou inépcia, não autoriza a invocação dessa teoria.

Os fatos imprevistos poderão decorrer de a Administração ter necessidade de modificar cláusulas contratuais, a fim de adaptar o contrato a possível melhoria da obra ou serviço.

Poderão ocorrer sempre que se verificar, supervenientemente, ser tal ou qual solução a melhor e, ademais, não ter sido possível prevê-la ou conhecê-la em tempo hábil, antes da pactuação do ajuste.

O poder de modificar é nuclear para a Administração Pública, pois não pode esta ficar inerte diante dos reclamos do interesse público. A este direito da Administração Pública corresponde o dever do contratado de aceitar as modificações unilaterais, até certo limite.

O limite será exatamente a não-desfiguração do objeto contratado e a observância das alterações quantitativas expressas na legislação federal.

Os fatos imprevistos caracterizam-se principalmente pela oneração anormal do contrato em virtude de situações supervenientes incontroláveis.

DA ÁLEA ECONÔMICA EXTRAORDINÁRIA

Poderão ocorrer fatos alheios à vontade da contratante, de ordem econômica, a repercutir no contrato de maneira a causar impacto insuportável. Nesta hipótese – diversa da força maior e dos fatos imprevistos –, diante da álea econômica extraordinária, poderá o contratado pleitear da Administração ajuda suficiente a lhe minorar os prejuízos. Enfim,

suporte capaz de lhe permitir dar cabal cumprimento ao contrato. Imaginem-se, por exemplo, acontecimentos como os de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001, os violentos atentados ao World Trade Center. É de se supor que alguns contratos sejam seriamente afetados. E, se assim for, deverá caber recomposição.

Por determinações dadas pela contratante, se houver modificação econômica no contrato, a recomposição é total. Também assim seria na hipótese de fatos imprevistos, ou, ainda que previsíveis, de consequências incalculáveis, na acepção legal. Portanto, em ambas as hipóteses, recomposição total.

De outro lado, a álea econômica extraordinária, teoria da imprevisão stricto sensu, suportada pelo contratado, por motivos alheios à contratante, pode determinar apenas recomposição parcial.

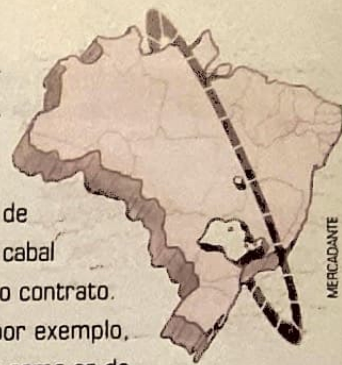
O fundamento de tal recomposição é o interesse público subjacente ao contrato, que deve ser protegido.

Os ônus decorrentes de álea extraordinária não devem ser suportados apenas pelo contratado, uma vez que o objeto contratual vai ser usufruído pela coletividade.

A álea normal do negócio, evidentemente, cabe ao contratado. Porém, a anormal – por se tratar de contrato administrativo – deve ser ressarcida pelo menos parcialmente.

Citem-se, por exemplo, as maxidesvalorizações da moeda ocorridas anteriormente, transformando as importações em arriscado jogo, como já ocorreu.

Há que se lembrar, sempre, que os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório



MERCOSUL

**O poder de
modificar
é nuclear à
administração
pública**

e a ampla defesa (parágrafo único do art. 78 da Lei nº 8.666/93).

DA RESCISÃO AMIGÁVEL

A rescisão do contrato por composição amigável, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, somente poderá ocorrer se restar efetivamente demonstrada a conveniência de sua efetivação para a entidade contratante, à luz do interesse público, do qual não se pode descurar.

Sendo conveniente para a Administração (o que deve ser apreciado caso a caso), poderá ser feita a rescisão contratual mediante acordo entre as partes, que deve ser reduzida a termo no respectivo processo.

A rescisão amigável, diga-se, não tem finalidade punitiva e opera efeitos a partir do distrato. Salvo os casos de rescisão unilateral por má execução, dotados de matiz punitiva, os demais casos arrolados no art. 78 admitem rescisão amigável, se conveniente ao interesse público.

Convém salientar que, na rescisão, devem ser apuradas as verbas porventura devidas em face da execução do contrato.

Pode ser o caso de o contratado receber de volta a garantia contratual recolhida, sendo-lhe devidos os pagamentos pela execução contratual e pela desmobilização, admitindo-se, ainda, o ressarcimento dos prejuízos que tiver tido pela interrupção contratual, quando decorrente de falha da Administração.

Por outro lado, se o contratado já recebeu pelos serviços prestados, tendo, inclusive, sido remunerado pela totalidade dos serviços, mas, em contrapartida, somente os prestou parcialmente, deverá restituir as quantias pagas a maior junto ao erário.

E, ainda, se o contratado recebeu por

alguns meses pagamentos a maior, mas, exemplificativamente, no último mês prestou serviços ainda não pagos pela contratante, poder-se-ia, amigavelmente, promover a compensação, vale dizer, o abatimento entre o valor a maior e o que ainda está pendente de pagamento e, havendo saldo, esta deveria ser pago por quem se encontrar devedor.

Registre-se que, consoante estabelece o art. 876 do Novo Código Civil brasileiro, "todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir". Com efeito, nosso ordenamento jurídico assim estabelece a fim de evitar o locupletamento ilícito de uma das partes contratantes, em detrimento de outra.

A rescisão amigável é punitiva e opera com o distrato

Pelo exposto, para ocorrer a rescisão amigável, a Administração deverá atender ao interesse público e demonstrar a conveniência administrativa. Essa conveniência, porém, não é arbitrária; primeiro, porque a contratante somente pode realizar o que a lei permite; segundo, porque conveniência não significa arbítrio, liberdade desenfreada.

O ato discricionário é aquele praticado com liberdade de escolha de seu conteúdo, do seu destinatário, tendo em vista a conveniência, a oportunidade e a forma de sua realização. Quer isto dizer que o administrador deve agir com liberdade de escolha, mas seguindo os

parâmetros legais, permitindo-se que ele eleja, entre as várias opções, a que melhor se encaixe na lei. Discricionários são os meios e formas de agir, jamais os fins.

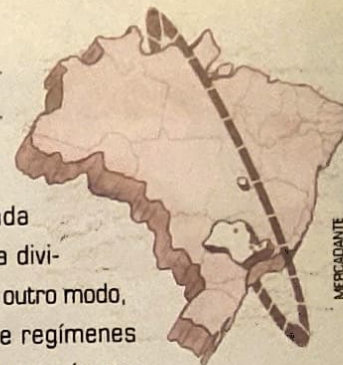
Quando não houver culpa por parte do contratado pela inexecução da avença, ou nos casos tratados nos incisos XIII a XVI do artigo 78 (motivos de rescisão por atos da Administração) poderá, então, ocorrer a rescisão amigável.

DA RESCISÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL

É a cessação da vigência do contrato determinada pelo Poder Judiciário, como resultado de ação interposta. É a única via para o contratado obter a rescisão, caso não haja concordância da Administração para a rescisão amigável. A Administração também pode utilizar-se dessa via, o que não é comum, visto seu poder de rescisão unilateral.

O que move o contratado a ingressar em juízo para pleitear a rescisão, por vezes cumulada a pedido de indenização, é o descumprimento, pela Administração, de obrigações contratuais e legais. São as hipóteses mencionadas nos incs. XIII a XVI do art. 78 da Lei nº 8.666/93. Nesses casos, em que não há culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados quando houver sofrido, tendo ainda direito a: devolução de garantia, pagamentos pela execução do contrato até a rescisão, pagamento do custo de desmobilização (art. 79, § 2º).

Vale lembrar que o contratado tem direito a indenização por lucros cessantes, resultantes do rompimento injusto do contrato administrativo, efetivamente comprovados. Se assim ocorre, não é ilícito ao juiz indeferir a produção de prova pericial, tendente à demonstra-



ção de lucros cessantes, reservando ao juiz da causa a faculdade de indeferir providências inúteis ou protelatórias (CPC, art. 130).

Trata-se, portanto, de situações discutidas em processos judiciais, cujas decisões deverão ser integralmente cumpridas.

CAPÍTULO IV

DIREITO ESTRANGEIRO

O tema "contratos realizados pelo Poder Público" é polêmico na doutrina internacional.

Na Itália, Renato Alessi nega a possibilidade de "contratos administrativos" entre o Poder Público e administrados. Admite, tão-só, a existência de contratos de direito privado travados pelo Estado, quando estejam em causa interesses patrimoniais, secundários, e não interesses públicos, primários.

Prevalece, entretanto, tese contrária ao ponto de vista do ilustre jurista italiano. Como vimos no Capítulo I, os afirmadores da existência de "contratos administrativos" dividem-se em duas distintas orientações. Uns pretendem que os contratos travados pela Administração com os particulares ora são "contratos administrativos", ora são contratos de direito privado, conforme o caso. É a posição corrente da doutrina francesa. Outros sustentam que não há contratos de direito privado entre o Poder Público e particulares, pois todos são contratos da Administração ou "contratos administrativos", submissos, isto sim, em grau maior ou menor, numa variada gama, à preponderância do regime de Direito Público ou ao influxo de regras alheias a tal regime.

Esta é a tendência moderna, sustentada, na Espanha, por Eduardo García de Enterría e Tomas Ramón Fernandes.

Tomem-se, como síntese da tese em apreço, as seguintes averbações dos autores referidos: "Parece, pues, que puede dar-se definitivamente liquidada la etapa anterior en la que el contrato administrativo y el contrato privado eran considerados como realidades radicalmente diferentes y rigurosamente separadas. En el ámbito de la contratación de los entes públicos, como en tantos otros, convien ya sin escándalo el Derecho Administrativo y el Derecho Privado. Cualquier contrato es capaz de reflejar elementos del uno y outro, sin por ello varíe la esencia del instituto contractual⁴."

E mais além ao se referirem à lei

Constituição assegura ao concessionário retribuição de capital

espanhola de contratos do Estado (de 08.04.1965, modificada pela lei de 17/03/1973), que aparentemente invalidaria a tese abraçada, observam: "Pues bien, hay que advertir que en el caso concreto de los contratos de la administración, la distinción entre los de carácter administrativo y los de carácter privado no remite a regímenes irreduciblemente diferentes, sino en buena parte próximos. Hay que notar también que tales regímenes no son unitarios y compactos, es decir, que no hay un sólo régimen jurídico para los contratos administrativos y outro para los contratos privados, sino varios regímenes

distintos a cada lado de la línea divisoria. Dicho de outro modo, la distinción de regímenes jurídicos se hace más por serie o tipos de contratos individualmente considerados que por su calificación genérica como privados o administrativos."

Iguais pontos de vista são defendidos na América Latina, pelos eminentes Agustín Gordillo, na Argentina, e Brewer-Carías, na Venezuela.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Não pretende este trabalho esgotar a matéria. Pode servir, entretanto, como suprimimento para aqueles que se interessam pelo tema dos contratos administrativos, procurando demonstrar a importância desses atos jurídicos, eis que deles dependem a implementação regular das obras, serviços ou compras, em prol do interesse público.

Ninguém procura um advogado quando o que se pactuou se cumpriu. Todavia, é na vigência dos ajustes que podem surgir percalços que o administrador público e seu contratado têm de solucionar.

Daí a importância do estudioso em Direito Administrativo, sobretudo para resolver situações em que o interesse público se sobrepõe, sem embargo dos interesses do particular-contratado, sob pena de ferir os princípios constitucionais a que a Administração está vinculada, especialmente os da legalidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e da isonomia.

São Paulo, junho de 2004.

César Augusto Margato é advogado, pós-graduado em Direito Público pela Escola Paulista de Magistratura de São Paulo e funcionário do TCE.

Essa molecada de hoje em dia...

Por Cláudio Manesco

A crise do café de 1929 promoveu uma reforma agrária natural no sudoeste do Estado de São Paulo. Os fazendeiros de famílias aristocráticas deram lugar aos sitiantes, descendentes de italianos. Gente a quem se deve dar o crédito de várias palavras do nosso linguajar coloquial e que foram criadas a partir da língua de Dante. Por exemplo, a terra "rossa", ou vermelha, virou terra roxa; o feijão "giallo", ou amarelo, virou feijão jalo; e o "lavorare", ou trabalhar a terra, virou lavoura.

Bem próximo a uma fazenda que um dia foi Augusta, o seu César criava seu gado leiteiro e tocava as lavouras de milho e feijão. Seus auxiliares diretos eram os filhos, e assim levavam uma vida progressista, com bons cavalos, charretes, uma caminhonete e até um Fusca do ano. Mas nem só de sitiantes os italianos povoaram esse interior. Se fizeram também comerciantes, ferreiros, marceneiros, torrificadores de café e até aguardenteiros. José era um desses netos de imigrantes italianos da primeira leva e que, não contentes de emigrarem do Vêneto, passaram também a mi-

grar pelo interior paulista. Ele, que havia sido carpinteiro e ferreiro, era então vereador e vendedor de maquinário agrícola.

Numa dessas andanças, num misto de venda de máquinas e idéias, carregou seu filho mais velho – também José – para visitar o seu César. Eram umas nove horas da manhã e ele havia arrancado o filho à força dos "braços de Morfeu". Mal-humorado e sonolento, o filho do seu José teve que se esforçar para parecer simpático aos olhos do visitado e, ao mesmo tempo, não fechar os seus olhos enquanto esse se entusiasmava em vários dedos de prosa.

Seu César chamava seus animais pelo nome, reclamava do baixo preço do feijão, da falta de chuvas a castigar o milharal e, principalmente, dos filhos que o ajudavam na labuta.

– Zé, você não acredita no que eu vou lhe contar. Não existem mais jovens como antigamente. Para os meus filhos acordarem às quatro horas da manhã para a ordenha das vacas, eu preciso chamar. Pode?

Se pode ou não pode é o que menos importa. O que importa é imaginar os olhos assustados do filho do seu José – aquele para quem 8 horas da manhã eram madrugada.



Casos havidos ou romanceados, "causos" são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilarem casos e "causos" que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br



Elektro. Sempre ligada no desenvolvimento dos municípios e no bem-estar de suas comunidades.



Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades atendidas, gerando crescente valor para os clientes, colaboradores e acionistas é a Missão da Elektro.

A história da companhia está ligada a este compromisso. Por isso, foi eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País*, um reconhecimento por tudo que tem feito, sempre buscando soluções que gerem progresso, principalmente para as comunidades nas quais atua.

Mais de 5 milhões de brasileiros, em 223 municípios do Estado de São Paulo e 5 do Mato Grosso do Sul, recebem a energia elétrica distribuída pela Elektro.

E contribuir para o desenvolvimento destas comunidades faz parte do dia-a-dia de seus colaboradores.

ELEKTRO

Sempre ligada em você.

www.elektro.com.br

FRESP

Federação das Empresas de Transportes de
Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo

**Solicite gratuitamente o
manual de contratação
de serviços de fretamento**

PROFISSIONAL
DE PESSOAS fretamento

**VOCÊ VAI MELHOR
E CHEGA BEM**

0800 773 20 60
www.fresp.org.br

TRANSPORTE DE PESSOAS É PARA PROFISSIONAIS DO TRANSPORTE.

SRS. VEREADORES

Uma das funções dos Senhores é fiscalizar as ações da Prefeitura, que não pode usar os ônibus escolares para transportar outras pessoas que não sejam estudantes. Nem dentro do município, nem para outras cidades, próximas ou distantes. Se fizer isso, a Prefeitura estará fazendo transporte ilegal de passageiros. E, em caso de autuação ou acidente, as consequências são muito graves para o poder público.

Por isso, fiquem atentos às decisões da Prefeitura e ao bem-estar da população, lembrando-se sempre que o transporte de pessoas, de acordo com a legislação brasileira, só pode ser realizada por empresas regulamentadas de fretamento e turismo. Em outras palavras:
Transporte de pessoas é para profissionais do transporte.

